



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 24/10/2012, sob a coordenação do Presidente Eduardo Jorge, realizou-se a 144ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 143ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação sobre a "**A Pegada Ecológica de São Paulo: Apresentação dos Resultados**" pelo Sr. Michael Becker, Superintendente de Conservação – WWF – Brasil.
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 143ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Eduardo Jorge: Bom dia. Desculpem o atraso. Muito papel e muito e-mail para responder. Calculei mal a burocracia, hoje de manhã. Mas vamos à nossa reunião, 144ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente. Hoje coordenada pela Mary Lobas, Secretária Executiva do CADES. Então passo a palavra para você, Mary.

Secretária Executiva Mary Lobas: Bom dia a todos. Vamos iniciar a reunião com a votação e aprovação da 143ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Se os senhores estiverem de acordo fique como estão A **Ata da 143ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade.** Sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Alguém tem alguma sugestão de inclusão para esta reunião?

Eugênio (macro Região norte 1): Eu tenho uma dúvida, questão de ordem. Sou Conselheiro do CADES Freguesia do Ó, Brasilândia, não sou Conselheiro Municipal. Em nome do senhor Quintino, que é Conselheiro aqui, deste Conselho, desse CADES, eu enviei um e-mail sugerindo duas inclusões de sugestão de pauta. Gostaria de saber se foi recebido esse e-mail, caso contrário, o senhor Quintino, ele vai sugerir agora, pessoalmente. E concluindo, nós temos documentos que foram registrados aqui, protocolados nesse CADES Municipal, e que até o momento, não foi dado encaminhamento. E que aparentemente... eu, infelizmente, desconheço, mas não surgiu nem nas atas anteriores. Eu estou com os documentos aqui, protocolados, e nós gostaríamos de uma posição.

Secretária Executiva Mary Lobas: Eugênio, nós recebemos, mas eu gostaria que você ou o senhor Quintino repetisse, para constar em ata. Eu desconheço. Nenhum documento que passou pelo CADES e não houve continuidade. Eu gostaria, depois, de analisar novamente. Coloque sua proposta.

Eugênio: Primeira sugestão de pauta, como nós já havíamos protocolado documentos, inclusive mais de um documento, a atual situação do nosso Parque Municipal da Brasilândia, a Secretaria tem farto documento referente ao mesmo, e um documento oficial da atual posição do Parque Municipal da Brasilândia, futuro Parque Municipal da Brasilândia. Então, nós gostaríamos que através desse Conselho, a gente conseguisse, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, um documento oficial, se a área está congelada, se ela realmente está congelada, e qual a posição referente à área que pertence ao CDHU, que faz parte dessa área que nós estamos querendo. É uma área estadual, pertencente ao CDHU. Faz parte da nossa proposta de parque. Então esse é um pedido. O outro pedido é referente ao CADES da Freguesia do Ó. Nós vimos aqui, a esse Conselho, solicitar também, interferência de vocês, o apoio de vocês, referente às omissões do subprefeito e presidente do CADES na Freguesia do Ó, Brasilândia, referente às atitudes dele, que não participou de nenhuma reunião. O CADES está abandonado. Agora, recentemente aqui, o chefe de gabinete entrevistou. Está tomando alguma atitude. Mas o subprefeito não participa. E foi feito um pedido já no mês passado, da mesma forma, a exemplo do CADES Municipal, seja instalado equipamento de som e gravação, conforme é do nosso regimento interno, artigo 16, parágrafo único, para que seja transcrita literalmente, as reuniões ordinárias nossas. Coisa que não está acontecendo.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretária Executiva Mary Lobas: Eugênio está anotado. Nós vamos constar aqui na pauta de hoje, para o final. Então vamos dar início à... Pois não, Badra?

Cons. Badra: Bom dia a todos. Senhor Secretário, Senhores Conselheiros. Gostaria de incluir na próxima reunião, se possível for, a questão da discussão do novo Código Florestal no impacto do município de São Paulo, uma vez que nós temos diversos projetos em fase de licenciamento. E em frente a essa nova legislação, nós precisamos saber como vai impactar a cidade, como nós vamos proceder. Muito obrigado.

Secretária Executiva Mary Lobas: Está anotado. Vamos analisar para as próximas reuniões. Então vamos dar início à ordem...

Orador não identificado: Por favor. Por favor.

Octacílio de Oliveira Andrade Junior: Mais uma sugestão de pauta. É um questionamento feito pelo CADES Santana, referente a um gradeamento na Avenida Cruzeiro do Sul, aonde eles questionam a viabilidade disso e ao invés, a criação de um corredor verde. Então gostaria que houvesse uma apresentação para ser feita. É muito rápida. Obrigada.

Secretária Executiva Mary Lobas: Também está anotado para a pauta de hoje. Mais alguém? Então vamos dar início à apresentação da Ordem do Dia, apresentação sobre a Pegada Ecológica de São Paulo, apresentação dos resultados, pelo Michael Becker, que é superintendente de conservação da WWF Brasil. Antes, eu peço para a Fernanda Correia, que é assessora da Secretaria do Verde. Ela foi membro da Comissão que elaborou o cálculo da Pegada Ecológica, que é um termo de cooperação com a Prefeitura, a Secretaria do Estado e a WWF. Fernanda, você explica melhor, e depois, Michael, você se apresenta melhor. Por favor.

Fernanda Correa: Bom dia conselheiras e conselheiros. Vocês estão me ouvindo? Então, só para contextualizar rapidamente. O Michael está aqui e eu vou só contextualizar rapidamente o que foi esse grupo de trabalho de acompanhamento do termo de cooperação entre o estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e o município de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e o WWF Brasil. Nesse termo de cooperação, a gente fez um plano de trabalho que era composto pelo cálculo, pela comunicação, mitigação e mobilização. E para fazer o cálculo, a gente fez um grupo de trabalho, através da Portaria nº 51/ SVMA/12, que foi feita em maio deste ano, para fornecer informações, para passar por um processo de capacitação, e para contribuir no que diz respeito ao cálculo. A WWF Brasil coordenou essas ações junto com a Consultora Ecossistemas, onde foi feita a capacitação por meio de uma plataforma virtual com um grupo de oito pessoas da Secretaria do Verde. O grupo, no total, tinha 25 pessoas. E a nós fomos capacitados dentro da ferramenta do Global Network Footprint, que é uma rede internacional. A Pegada é um indicador reconhecido internacionalmente, que busca verificar a demanda humana em relação à capacidade regenerativa do planeta. Ou seja, o quanto de planeta a gente está consumindo, entre aspas. E o resultado é expresso em hectares globais por pessoa. No âmbito da Secretaria do Verde, tiveram vários departamentos envolvidos para fazer o cálculo. Enfim, eu vou deixar para o Michael explicar um pouco mais, senão começo a entrar em detalhes aqui,



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

da ferramenta. Eu acho que ele está aqui, muito mais capacitado para falar mais profundamente sobre o assunto, mas essa faz parte de mais uma das apresentações que já foram realizadas. Inclusive na Rio+20, nós estivemos lá. Dentro do Comitê de Mudanças Climáticas também já foi apresentado, na Câmara dos Vereadores, enfim, alguns outros fóruns. Então essa é mais uma atividade que faz parte da mobilização para o uso dessa ferramenta, e para evidenciar os resultados, que são muito interessantes. É importante a gente saber o quão impactante. Impactar, a gente sabe que já impactamos. Agora, o quanto, essa é uma ferramenta interessante para a gente olhar, analisar e fazer as reflexões devidas. Esse foi o grupo do cálculo. Eu não sei se a Rose... Acho que seria interessante ela, agora, falar também rapidinho, Rose, porque foi formado um novo grupo de mobilização dentro da Secretaria, que já temos algumas atividades interessantes.

Cons. Rose: Bom dia. Então, aqui na UMAPAZ, com o grupo de mobilização, desde que a Pegada foi divulgada, a gente tem anunciado, também, pelo boletim. Inserimos nos nossos cursos, temos discutido com os nossos participantes. A gente atende 30 mil pessoas no ano aqui. Nós inserimos a questão da Pegada e os dados recentes da WWF, temos levado para cursos de Conselheiros, o último foi da Centro Oeste, e também quando vamos para uma outra apresentação, como aconteceu muito recentemente na BSGI, que a gente foi chamado para conversar com os agentes ambientais deles, a gente levou também as informações. Então, a gente tem sido um polo de divulgação desse estudo e desses resultados. Obrigada.

Secretária Executiva Mary Lobas: Secretário

Secretário Eduardo Jorge: Eu acho também, antes do Michael fazer a exposição, ele saber que aqui é um Conselho paritário, de acordo com a regra do SISNAMA, nós reformamos o Conselho por lei, em 2009, tornando-o paritário, metade governo estadual, federal e municipal, metade sociedade civil, instituições, e 10 representantes eleitos pelas regiões da cidade de São Paulo. Outra coisa importante, e aí, já, para o próprio Conselho, que quando nós vamos entregar o bastão em dezembro, continuar com o próximo governo, a Prefeitura de São Paulo, em 2005, incorporou a questão do desenvolvimento sustentável no seu planejamento, e o principal instrumento de conscientização e mobilização foi o inventário de gás efeito estufa, produzido na cidade de São Paulo. Então, esse inventário, que foi concluído em 2005, que mostra como os cidadãos de São Paulo, empresas, trabalhadores, donas-de-casa, governo, produzem os gases de efeito estufa na cidade de São Paulo, foi, até agora, o principal instrumento de conscientização e organização, dentro e fora do governo. A Secretaria contratou, com dinheiro do Banco Mundial, e está em andamento, coordenado por um grupo chefiado pelo Wolf, que não está aqui, a atualização desse Inventário, de como a cidade produz o gás de efeito estufa. E coloca em destaque a questão do manejo e produção do lixo principalmente, a questão do transporte e do uso do combustível fóssil, do petróleo, na cidade de São Paulo. Esse Inventário atualizado só vai ficar pronto em meados do ano que vem. É um cálculo também, muito complexo. Houve uma licitação internacional, que está sendo paga pelo Banco Mundial. A Pegada Ecológica é outro tipo de Inventário. Como a Fernanda falou, é que vê o impacto da cidade fora da cidade, inclusive. Dos nossos comportamentos de consumo. De forma de viver. Então, é outra forma de ver o impacto da cidade e dos cidadãos da cidade, desde o empresário até a dona-de-casa, que mora em Perus e Guaianases, em relação ao desenvolvimento sustentável. Vocês vão ver que é outra



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

forma completamente diferente, de encarar o assunto. E que vai começar a ser levado em conta, deve começar a ser levado em conta no planejamento da cidade de São Paulo. Nós vamos discutir, por exemplo, nos próximos anos, o novo plano diretor, tanto o Inventário de gás efeito estufa, o velho e o novo, devem ser levados em conta pela sociedade e pelos vereadores, como a Pegada Ecológica. Porque a cidade não existe isolada do resto do Brasil e nem do mundo. Então, ela produz o gás de efeito estufa, a partir do nosso território, e ela impacta o território do Brasil e do mundo, além dos nossos limites. Vocês vão ver como é diferente o enfoque da Pegada Ecológica, para o enfoque do Inventário tradicional de gás efeito estufa, que até hoje foi o que a gente usou na cidade de São Paulo para o planejamento e para a implementação da lei de mudanças climáticas que a gente tem aqui desde 2009. Assim, é preciso que os Conselheiros que vão ter esse papel de seguir adiante, em 2013, 2014, levem em conta essas duas formas de ver, o Inventário tradicional, e a Pegada Ecológica no planejamento do desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo.

Secretária Executiva Mary Lobas: O Abel pediu a palavra, mas você quer falar agora ou pode deixar para depois, Carlos? Não. Fala no microfone, por favor.

Cons. Carlos Fortner: Bom dia a todos. Eu tive o prazer de ver essa palestra lá no CONSEMA, do Michael. Eu queria só te fazer uma pergunta: essa contratação é governo e o município, como que ela foi gerada? Foi concorrência pública, foi licitação, ou foi qualificação? Só essa a minha questão, só.

Secretária Executiva Mary Lobas: Michael, você quer responder já ou deixar para depois, aí você já pode começar a sua apresentação.

Michael Becker: Eu posso fazer a apresentação, aí depois, essa vai ser uma das perguntas iniciais depois, pode ser? Eu gostaria de primeiramente agradecer a oportunidade de estar aqui, como a Fernanda bem disse, que a gente está fazendo agora um retorno para os vários fóruns onde a gente conseguiu fazer essa colaboração, onde a gente está apresentando exatamente os resultados, que também foram apresentados para a Rio+20, que foi um dos fóruns onde a gente também queria apresentar esses resultados, e para o qual a gente trabalhou. Eu acho que é importante ressaltar também aquilo que a Fernanda falou. Quer dizer, faziam parte desse trabalho efetivamente também, uma capacitação. Ou seja, não é uma coisa que a gente faz e fica, ou seja, fica fora do escopo de trabalho, e talvez até um pouquinho isolado das outras coisas, mas a gente fez realmente, uma capacitação, tanto dos técnicos do município, quanto dos técnicos do estado, para entenderem melhor a ferramenta. E poderem até, então, futuramente, trabalhar com ela, e absorver a Pegada Ecológica dentro de um aspecto de ter um indicador, realmente, de gestão do município. O Secretário também ressaltou a questão relativa ao Inventário. Realmente não são ferramentas concorrentes. É, realmente, uma coisa de você mudar talvez, um pouco, a perspectiva, e encarar outros componentes ambientais, de consumo, do que necessariamente um Inventário. E é exatamente por essa questão do consumo, sem dúvida, é um dos elementos que diferencia muito a questão do Inventário em si, e a questão necessariamente, da Pegada Ecológica, que eu vou então, apresentar para vocês. E aí eu acho que essas diferenças vão ficar mais claras, e também, vamos dizer assim, as potencialidades, ou seja, os aspectos positivos e os aspectos negativos, também, de cada ferramenta. Acho que a



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

gente tem que estar claro também que cada indicador desse serve para um propósito específico. E possibilita a gente também ter uma visão mais completa do todo. Então eu vou começar a apresentação. O cálculo da Pegada, ela foi apresentada, oficialmente, os resultados que a gente apresentou durante a Rio+20, a gente trabalhou bastante, para ter o resultado completo. O estudo, em si, está na nossa página, no WWF, e também já foi traduzido, inclusive, para o inglês, também vai ser disponibilizado em inglês também, para os colegas, por exemplo, da rede do WWF, para os colegas do GFTN, e para outras cidades inclusive. Acho que primeiramente, eu queria colocar algumas questões relativas à Pegada Ecológica para que o conceito realmente fique um pouco mais claro. Qual é a pergunta que a Pegada Ecológica quer responder? Acho que um pouco, a Fernanda já colocou isso na fala inicial dela. Ou seja, a principal pergunta que a Pegada Ecológica coloca é, realmente, uma análise sobre os recursos naturais renováveis disponíveis para o consumo humano. Ou seja, essa análise que ela quer fazer. Ela quer responder, para a sociedade, o quanto de recurso natural renovável nós temos disponíveis para o nosso consumo do dia-a-dia. E aí, a gente está falando realmente do consumo, tanto da roupa que nós vestimos, do papel que nós consumimos, dos alimentos que nós temos, todos os dias, às nossas mesas, à disposição, mas também do consumo de energia que nós temos, para satisfazer todas as necessidades da sociedade moderna. E a principal mensagem dela, e aí, depois, eu acho que é uma das coisas que difere, por exemplo, já a questão do Inventário, quanto a questão da Pegada Ecológica, é que ela nos dá um senso de limite. Então a Pegada Ecológica tem, como contraponto, a biocapacidade. Ou seja, Pegada Ecológica nos dá um sinal do consumo, a biocapacidade nos dá um sinal da capacidade da natureza de gerar esses recursos naturais, ou seja, produzir os recursos naturais que são consumidos pela sociedade. E nesse caso, a Pegada Ecológica fala claramente que: *“sim, existem limites quanto a essa biocapacidade, e então, estamos consumindo mais necessariamente do que temos à disposição de biocapacidade.”* E isso, muitas vezes se dá exatamente nisso, dessas falas: *“Ah, não. Estamos consumindo mais planetas do que efetivamente temos disponível.”* E o que se traduz, praticamente, que a gente está vivendo, no momento, no cheque especial. Em um linguajar um pouco diferente, ou seja, a gente está consumindo, efetivamente, mais do que a natureza é capaz de reproduzir ou de produzir de bens naturais e de recursos naturais para que sejam satisfeitas as nossas necessidades de consumo. Então, nesse caso, a Pegada Ecológica, e aí eu vou explicar um pouquinho a diferença também, das várias Pegadas, porque eu acho que a gente já está falando muitas vezes de Pegada de Carbono, que talvez seja uma Pegada que seja familiar também, para muitos. Estamos falando da Pegada Hídrica, estamos falando também da Pegada Ecológica. Então um dos nossos pontos, também até para a gente entender melhor a metodologia, foi esclarecer um pouco qual a diferença dessas Pegadas todas. E aí, eu começo pela Pegada Ecológica, que tenta fazer exatamente uma ligação entre os recursos naturais e o consumidor, e o consumo. Ou seja, aquilo que nós consumimos de recursos naturais renováveis, para o nosso dia-a-dia. No nosso dia-a-dia. E aí, é também interessante ressaltar que a Pegada Ecológica é um indicador da Economia Ambiental. Ou seja, a base para o cálculo da Pegada Ecológica é a POF, ou seja, Pesquisa de Orçamento Familiar. Ou seja, muitos dos dados que nós pegamos aqui é um reflexo, praticamente, de quanto a família média, por assim dizer, gasta em carne, alimentação, transporte, papel, outros bens de consumo. Que aí, depois, eu vou listar para vocês. Então, nesse caso, é exatamente esse arco que a Pegada Ecológica tenta fazer. Ou seja, ela não passa, necessariamente por uma análise da cadeia produtiva. Ou



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

seja, ela não passa por uma análise em termos de quanto de energia é gasto, por exemplo, no processamento, como se dá a distribuição, como se dá a distribuição dentro do varejo. E esse tipo de análise é uma coisa que a Pegada Ecológica não faz. Ou seja, a Pegada Ecológica é um indicador, talvez, mais macro. Ela vai, realmente, analisar o consumo médio da população, e derivar daí, então, aquilo que a população consome em recursos naturais, para satisfazer esse consumo médio. Os outros tipos de Pegada, elas vão analisar muito mais, realmente, a cadeia produtiva. Ou seja, elas estão muito mais vinculadas à análise de ciclo de vida. Ou seja, aí elas vão olhar para a Pegada Hídrica ou para a Pegada de Carbono e vão dizer: *“bom, quanto, no processo produtivo, ou seja, para você produzir a taça ou para você produzir o microfone, quanto de carbono está nesse microfone? Ou seja, quanto de carbono foi consumido para que a gente tenha um microfone, ou uma calça, ou qualquer outro elemento aqui?”* Esse tipo de pergunta, não necessariamente vai ser respondido pela Pegada Ecológica, que é uma análise muito mais relacionada ao ciclo de vida do projeto. Aquilo que ele consome dentro do ciclo de produção, em carbono. Ou aquilo que ele consome dentro do ciclo de produção em água, que seria a Pegada Hídrica. Então acho que essa distinção é bastante importante porque aí a gente consegue também, colocar, novamente, cada indicador na sua função correta. Voltando agora, para a Pegada Ecológica, a Pegada Ecológica faz realmente esse balanço entre os recursos ecológicos e as classes de consumo. De novo, o consumo e os recursos ecológicos são sempre aqueles que vão formar esta balança que, idealmente, deve estar equilibrada e fazem parte da Pegada Ecológica. Então, dentro dos recursos ecológicos, a gente vai ter o carbono, a pastagem, florestas, recursos pesqueiros, área de cultivo e área construída. Então, nesse caso, são todos, vamos dizer assim, parte de produção, ou seja, parte de serviços ambientais que são prestados à sociedade, e que de certa maneira nos entregam os produtos que serão beneficiados, que se tornam bens de consumo. E aí, a gente tem as classes de consumo que vão absorver esses recursos naturais. E aí a gente têm os serviços, governo, mobilidade, bens em geral, alimentação e moradia. Os recursos ecológicos suprem, com matéria-prima, as diferentes classes de consumo, e as classes de consumo, obviamente geram impacto. Ou seja, geram realmente uma demanda sobre esses recursos ecológicos. Essas são as principais funções da Pegada Ecológica. Ou seja, sempre o equilíbrio entre os recursos ecológicos e as classes de consumo. No caso da Pegada Ecológica e isso que significa também para o WWF, trazendo até uma experiência da Pegada Ecológica de Campo Grande, a gente encara a Pegada Ecológica não só, e somente como um cálculo. Ou seja, como eu disse, é um indicador da economia ambiental, e muitas vezes eu brinco: se você deixar um economista trancado um dia, um dia e meio, em uma sala escura, ele sai de lá com o cálculo da Pegada. Então não é tão difícil assim. Mas para o WWF, essa foi a proposta também abraçada tanto pela Secretaria Municipal quanto a Estadual, a gente quer ter o cálculo como primeiro passo. E aí depois a gente passa realmente para uma mobilização, ou seja, entender a consequência da Pegada, entender o cálculo da Pegada, para aí depois, a gente partir, realmente, para as ações de mitigação. Tentar reduzir a Pegada a longo prazo. Porque isso, sem dúvida, é o objetivo também, maior, a gente tentar reduzir o nosso impacto, reduzir a nossa Pegada, reduzir aquilo que também é oriundo do nosso padrão de consumo, e sem dúvida, aumenta também a Pegada Ecológica. Mostrando aqui, alguns resultados, já, comparativamente, tanto da cidade quanto do estado, a gente pode perceber que a Pegada, ela foi subdividida nessas classes de consumo que foram observadas. Nesse caso, a gente tem 49% da Pegada da cidade ou do município oriundo



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

da alimentação. A moradia vem com 5%, a mobilidade faz parte da Pegada, sem dúvida, que são também muito relativos aos gases de efeito estufa, que são os 10%, os bens de consumo em geral são 21, e assim por diante. Então, a gente pode perceber que, sem dúvida, e isso talvez seja um padrão não só encontrado no município, mas também no Brasil como um todo, se a gente pegar, por exemplo, o cálculo de outras cidades, como Campo Grande e Curitiba, que já existem dados disponíveis para isso, é um padrão que a gente encontra no Brasil em geral. Ou seja, a grande parte da nossa Pegada Ecológica está, efetivamente, ligado também aos nossos hábitos alimentares. Nos recursos ecológicos, isso também vai ter um reflexo. Ou seja, a questão da alimentação como uma parte da Pegada que absorve recursos naturais, o reflexo disso é que, sem dúvida, no quesito pastagem e agricultura, você vai encontrar exatamente, então, um impacto bastante forte da Pegada Ecológica, por quê? Pastagem e agricultura têm que entregar esses recursos naturais para que sejam consumidos então, em termos de alimentação. Pastagem, a área realmente necessária, por exemplo, para a produção de carne. São essas as ligações que são estabelecidas na Pegada Ecológica. Na cidade, a gente pode ver que talvez, o impacto sobre as questões de pastagem, agricultura, são um pouquinho distintos da média estadual, simplesmente também pelos hábitos de consumo da população, e isso nos dá um quadro bastante interessante de como está a questão, realmente, dos hábitos de consumo, e qual o reflexo desses hábitos de consumo sobre os recursos naturais. Eu queria salientar também, que foi falado bastante, obviamente, do Inventário. O Inventário, por assim dizer, é exatamente a energia e a absorção do CO₂. O Inventário é essa parte aqui, esses 14% que fazem grande parte então... são parte do Inventário que a cidade coloca. Mas esse é o reflexo, realmente, principalmente relacionado à questão de mobilidade, trânsito e emissões de gases de efeito estufa. Então, se a gente for, agora, olhar para os números em si, a gente pode perceber que... a gente fez um comparativo, que são os números agora, em hectares globais, ou seja, uma média global de hectares, que são consumidas. E nesse caso, a gente tem então, os valores, tanto do estado quanto do município. E também do Brasil. Esse gráfico também tenta relacionar tanto a parte da Pegada Ecológica, quanto a parte da biocapacidade. E aí a gente pode ver que, sem dúvida, o município tem uma Pegada bastante grande, e obviamente uma biocapacidade bastante pequena. Mas, para um município como São Paulo, para uma metrópole como São Paulo, e isso a gente vai encontrar em todas as outras metrópoles, esse resultado, por assim dizer, não surpreende. Por quê? Porque obviamente, tem uma densidade bastante grande o município de São Paulo. Então sem dúvida, a Pegada dele, em relação à biocapacidade, ou seja, em relação à área da natureza disponível para suprir esses recursos vai ser bastante diferente. Ou seja, uma biocapacidade muito pequena e um consumo, a Pegada Ecológica bastante grande. O interessante, nesse caso, é que a gente pode, por assim dizer, fazer, talvez, um exercício mental, e, por exemplo, pegando só a questão do estado, nesse caso... não sei se ficou demais. Pegando a questão do estado nesse caso, o ideal seria exatamente você equilibrar a Pegada Ecológica e a biocapacidade. Por quê? Porque aí você está dizendo que você está produzindo tanto em termos de biocapacidade, quanto você consome nas suas classes de consumo. Mas isso vai trazer também, que você vai, em termos de município ou estado, tirar a biocapacidade de algum outro lugar. Ou seja, essas interlocuções são bastante importantes. Porque São Paulo, nesse caso, não tem a biocapacidade necessária, então tem que extrair essa biocapacidade. Tem que importar essa biocapacidade de algum outro estado. E isso levaria, por assim dizer também,



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

imaginariamente, talvez até um certo decréscimo da biocapacidade do Brasil como um todo. E esse exercício, a gente tentou, efetivamente, fazer. Eu acho que também, obviamente, de maneira imaginária. O que a gente fez? Essas questões de hectares globais, os resultados que foram apresentados, nós plotamos esses resultados em uma área, por assim dizer, real. Ou seja, convertemos de novo, os hectares globais para hectares brasileiros, então conseguimos colocar a área necessária, hipoteticamente, para o município ser absolutamente independente de qualquer importação e exportação de biocapacidade. Ou seja, se São Paulo produzisse, realmente, todos os produtos que São Paulo, o município de São Paulo consome, a área necessária para o município seria essa. Aí a gente pode ver que o pessoal, provavelmente, de Curitiba, ou Rio de Janeiro, tantas outras cidades iam ficar meio assustados. Por quê? Obviamente a gente está invadindo aqui, talvez, até, as áreas de outros municípios, para abastecer São Paulo, com todos os bens de consumo, todos os recursos naturais que são consumidos pela cidade. E novamente, eu acho que isso é uma forma, como o Secretário disse, é uma forma de ver aquilo que representa o consumo da cidade. Não é uma avaliação. É outra forma de ver. Outra forma, outra leitura que a gente tem. E isso, eu acho que cabe realmente, essa outra forma, esse outro tipo de visualização, para a gente pensar exatamente nas relações que São Paulo tem em termos de consumo com outras regiões. Obviamente, não é essa a área do município de São Paulo. Mas, se a gente pegar, por exemplo, a área de agricultura ou de pastagem, isso quer dizer que esse consumo relativo à pastagem, essa área está sendo, vamos dizer assim, consumida, por assim dizer, por São Paulo, em outro estado. Em Mato Grosso do Sul, onde a gente fez lá em Campo Grande, que é um estado pecuarista, ou em Mato Grosso, e assim por diante. E aí, a gente está começando a entender melhor, talvez, até as relações de consumo que uma metrópole como São Paulo tem com outros estados, com outras regiões do país. E, a partir daí, construir também, essa relação de um consumo mais responsável, dentro de uma cadeia produtiva. Eu acho que essa é uma das principais mensagens desse gráfico que a gente produziu durante o estudo. Eu acho que uma das coisas inovadoras, e aí eu estou falando realmente de uma inovação mundial, que foi feita nesse estudo, foi também a avaliação da Pegada Ecológica por classes de consumo. Por faixas de rendimento. E nesse caso, a gente, obviamente, agradece muito também a cooperação que a gente teve com a FIP, que possibilitou essa profundidade de dados para fazer essa análise. Então a gente pode ver, também, que nós temos faixas muito distintas de Pegadas Ecológicas. Então nós temos aqui, Pegadas Ecológicas que, vamos dizer assim, acertam o limite planetário, que é de 1.8 hectares globais, e correspondem a uma Pegada Ecológica de Gana, se a gente for comparar isso internacionalmente, obviamente. E Pegadas Ecológicas que vão até 11.5 hectares globais, que correspondem à Pegada Ecológica dos Estados Unidos. Ou seja, temos toda essa variação em termos de Pegadas Ecológicas dentro do município de São Paulo. E é bastante interessante saber também porque isso, obviamente, gera uma discussão interessante em termos de equilibrar, por exemplo, as Pegadas Ecológicas e ter uma equidade maior e questionar quem, efetivamente, está tendo, talvez, um impacto maior. Nesse “quem está tendo um impacto maior”, a gente partiu para a segunda análise. Ou seja, esse gráfico mostra, novamente classes de rendimento, e aí a gente pegou os salários mínimos referentes, então a primeira faixa são de menos de 2 salários mínimos, aí temos uma faixa de 2 a 3 salários mínimos, até 25 a mais salários mínimos. E aí a gente tem o percentual da população, e o percentual da Pegada Ecológica que esse percentual representa. Então a gente pode ver também que a classe média, por assim



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

dizer, representa, sem dúvida, uma das faixas de rendimento que mais também tem impacto junto à Pegada Ecológica. E isso, eu acho que é, vamos dizer assim, um tema, sem dúvida, bastante importante para o WWF. Nós sabemos que, vamos dizer assim, ao longo dos últimos anos, a própria sociedade brasileira vem tendo uma transformação em termos de mudanças de estilo de vida e mudanças de possibilidades de consumo. E isso, sem dúvida, para nós é, pelo menos um alerta de falar assim: *“Bom, exatamente. Não queremos proibir ninguém. Não queremos chegar a esse eco fanatismo de proibir ninguém do consumo. Mas precisamos, exatamente, lidar com essa mudança, lidar com o aumento do poder aquisitivo também...”*, porque isso, sem dúvida, representa um aumento da Pegada Ecológica como um todo. E esses são, de novo, olhares diferentes sobre um problema de consumo, sobre um problema de impacto nos recursos naturais, para que a gente comece a lidar, comece a refletir sobre novas formas, ou diferentes formas de consumo para que a nossa Pegada, como um todo, fique menor. Outra questão, obviamente a gente colocou a Pegada Ecológica, comparativamente, também, com outras cidades, ou com aquelas cidades pelo menos, que já fizeram esse mesmo exercício, ou seja, temos aqui, pelo menos, algumas cidades na América Latina têm Quito, mas temos Campo Grande, Curitiba, temos São Paulo em verde, aí depois, obviamente, outras cidades, mais no hemisfério norte, apresentam uma Pegada bastante maior, pelo fato, principalmente, da matriz energética diferente, ou seja, eles usam muito mais petróleo para calefação, e assim por diante. E aí, a Pegada dá um pico. Mas o questionamento aí, exatamente para políticas públicas, e para gestão futura, é para onde São Paulo quer se movimentar. Ou seja, quer se movimentar mais para baixo no gráfico, quer se movimentar mais para cima no gráfico? Porque em si, esse limite global está caracterizado por aquela linha vermelha. De novo, acho que é um indicador que serve para a gestão e nos indica, talvez, caminhos e pensares diferentes para a administração pública. A Pegada Ecológica, sem dúvida, como indicador, é uma ferramenta, eu acho que bastante forte, ela dá outra visão sobre o desenvolvimento econômico da cidade. Apesar do nome, resalto, de novo, é um indicador oriundo da pesquisa de orçamento familiar. Ou seja, realmente muito relacionada à economia, ao consumo, aos padrões de consumo da população. Então essa carta, Rio Pela Sustentabilidade, que foi assinada também, na época da Rio+20, tem realmente, o comprometimento também da cidade de São Paulo para desenvolver estratégias, vamos dizer assim, mais sustentáveis, e tentar definir metas e iniciativas mensuráveis para se alcançar um desenvolvimento mais sustentável. Sem dúvida, o Inventário é uma peça fundamental. Está muito relacionada também aos problemas da cidade, e principalmente, se a gente for relacionar as questões de trânsito. É um indicador, ou pelo menos uma metodologia bastante forte e que gera indicadores bastante fortes também. Mas nós gostaríamos também, que realmente, a Pegada fosse absolvida pela administração, tanto do estado quanto do município, para que essa discussão realmente aconteça. Ou seja, a gente comece a olhar para o consumo, para a economia também, como uma demandante de recursos naturais, e aí comece a refletir também, um pouco, sobre como esses recursos são, realmente, introduzidos dentro do ciclo econômico, e têm o seu impacto também em uma cidade como São Paulo. E são essas as questões que estão sendo postas, com a Pegada Ecológica. A rede WWF, também junto com a GFTN, que é a rede internacional de cálculo da Pegada Ecológica, ou seja, que estabeleceu a metodologia, a cada dois anos publicamos também o relatório global, mundial, onde é possível fazer a comparação da Pegada Ecológica de vários países, e ver, também, as tendências globais. Agora a gente está consumindo, mais ou menos, um planeta e meio,



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ou seja, a gente já está consumindo a mais do que os recursos naturais renováveis que estão disponíveis. E se a gente quer continuar, por assim dizer, em um sistema normal, ou seja, sem mudar grandes hábitos, a gente vai parar, talvez, em uma posição de consumir quase dois planetas e meio, ou se nós queremos, gradativamente, voltar para um planeta assumindo a necessidade de termos mais ações mitigatórias para redução da Pegada Ecológica. Finalmente, sem dúvida, não é um trabalho só do WWF Brasil, e outros parceiros fazem parte desse esforço. Na linha do front está, sem dúvida, tanto a Secretaria Municipal, quanto a Secretaria de Estado, onde foi firmado esse acordo, onde a gente está apresentando também os resultados, onde a gente fez o treinamento. Depois temos a Ecosistemas, que foi a consultoria contratada pelo WWF para apoiar a construção da Pegada, e o Global Footprint Network, que é, vamos dizer assim, a rede internacional detentora da metodologia estabelecida para o cálculo da Pegada internacionalmente. E por último, mas, bastante importante para a realização desse trabalho, foi o apoio da FIP, que sem dúvida, nos ajudou muito com os dados mais atualizados sobre a Pesquisa de Orçamento Familiar. Sobre a análise também, dessa pesquisa quanto às faixas de renda, e sem dúvida, foi um parceiro muito importante porque sem, realmente, vamos dizer assim, uma boa base de dados, também não é possível fazer o cálculo da Pegada Ecológica. Então o WWF, talvez, dê um pontapé inicial, mas sem dúvida, sem os outros parceiros, a gente não estaria aqui. Agradeço pela oportunidade, e abro para perguntas e questões.

Secretária Executiva Mary Lobas: Nós temos inscritos os conselheiros Alexandre, o Walter, a Cíntia, o Badra, o Abel, o Roberto e o Eduardo Jorge. Então, Alexandre, por favor.

Cons. Alexandre: Oi, bom dia. Na verdade, tenho duas questões. Uma mais específica da apresentação, uma coisinha que eu perdi ali na compreensão, e outra é mais ampla. A primeira é em relação à fatia ali, de área construída, eu fiquei em dúvida de como se chega a esse impacto da área construída. E estranhei, porque o impacto da área construída no indicador de São Paulo, cidade, é menor do que o indicador do estado. Não entendi essa questão. E a outra, de forma mais ampla, por estar bem focada na questão do consumo, eu fico pensando como, do ponto de vista da educação ambiental, a gente não cai naquele erro, naquele risco de focar simplesmente a ação individual, ou simplesmente a esfera do consumo, nas estratégias de educação ambiental. Então como que esse indicador que é importante, que traz esse panorama aí, que pode pautar políticas públicas, e pode pautar estratégia de educação ambiental, mas como a gente, a partir dele, não se foca somente no campo do consumo... isso vale, acho que tanto para o Michael quanto para a própria Rose, para a gente conversar sobre isso. Como a gente não desconsidera a cadeia produtiva, que está gerando esse consumo, na verdade. Está induzindo esse consumo. Basicamente isso.

Secretária Executiva Mary Lobas: Walter, da Secretaria da Cultura.

Cons. Walter: Bom dia. Eu queria também, alguns comentários e algumas informações. Primeiro não entendi muito bem, talvez fosse interessante apresentar um exemplo de como se chega nesses índices. Qual a metodologia de avaliação? Eu entendi que é a partir de hábitos de consumos familiares. Então talvez, o percurso para se chegar nessa quantificação. Que eu imagino que seja um trabalho complexo, evidentemente que não



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

vai ser mostrado aqui, mas citando, talvez, um processo metodológico de como se chega nesses números. A segunda questão é talvez um comentário. Quer dizer, eu acho que esse desequilíbrio sempre haverá, e acho que há o esforço público e geral, internacional, nacional, é para evitar minimizar o consumo desequilibrado, enfim, a questão do desperdício e tudo o mais. Mas evidentemente, há aspectos aí, que envolvem a urbanização da humanidade, desde que a primeira aldeia foi formada, Florença, no Renascimento, era uma cidade que devia ter uma Pegada Ecológica negativa, também. Que consumia mais do que produzia. Mas ao mesmo tempo, a sociedade complexa, ela cria também, dentro das cidades, processos sociais que também, se não são de produção equilibrada, de elementos da natureza, ajudam também a sociedade a crescer, a usufruir de outros aspectos. Então evidentemente, em uma cidade, em uma metrópole como São Paulo, e em outras cidades mundiais, onde a reflexão sobre a própria ecologia se dá. Independente do consumo. Então como esse equilíbrio pode chegar? Sempre haverá um desequilíbrio nos grandes aglomerados urbanos em relação à produção da natureza. Então eu acho que as metrópoles, as cidades produzem, por um lado, reflexão, conhecimento, arte, cultura, que não é quantificável em termos de produção da natureza. Então há que haver uma compensação, se isso já foi pensado, se é uma questão que é levada em consideração. Outro aspecto que me parece importante é que há também, aí falando um pouco, puxando para o lado da nossa Secretaria, do trabalho que a gente faz, que é a preservação do patrimônio cultural e histórico, há um processo de conhecimento e de formação agregada aos bens duráveis. Quer dizer, um edifício antigo, além da sua representatividade cultural e simbólica, ele agrega, expressa informação e conhecimento do passado, de um pintor, de um decorador, de um arquiteto, enfim, que hoje está se perdendo e que é um valor importante. Não sei se é muito complexo isso, mas é possível aferir a referência disso, o valor que isso pode ter em termos de troca simbólica, em relação à natureza, enfim. Outra questão que me parece importante, dentro desse reequilíbrio dentro dessa pesquisa, e esses índices que são mostrados, quer dizer, tentar minimizar essa perda, essa negatividade que as grandes cidades têm. No caso de uma metrópole como São Paulo, ela tem desequilíbrios funcionais históricos, cuja correção, certamente, mesmo que a gente apele para projetos urbanos, enfim, que tenham um equilíbrio maior, sempre haverá um desequilíbrio. Quer dizer, para corrigir a quantidade enorme de favelas, de loteamentos desequilibrados etc., haverá um investimento público que consumirá recursos naturais. Então essa compensação terá que ser dada em outro aspecto da vida metropolitana. Se essa reflexão também está embutida nesses processos aí, de trabalho? Enfim, é por aí.

Secretária Executiva Mary Lobas: Michael, tudo bem fazer esse bloco?

Michael Becker: Seria realmente melhor fazer o bloco. Talvez só acrescentar a pergunta aqui também?

Secretária Executiva Mary Lobas: Certo. Você já se inscreveu. Só um pouquinho, Abel. Próxima então, é a Cínthia do Ibama.

Cons. Cínthia: Michael, só uma dúvida. Eu tive o entendimento que no cálculo entrava só as energias renováveis. É isso? Os recursos naturais renováveis. Só que na explicação do gráfico, quando entraram as grandes capitais, você justificou as cidades americanas, o



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

alto valor da Pegada pelo consumo de carvão. Só queria entender, o que entra, realmente, na conta, se entra o não renovável também.

Cons. Badra: Michael, parabéns pela apresentação. Gostei do que você falou, não só do que estava escrito. Duas observações: primeira, é saber se nessa Pegada Ecológica, principalmente a questão do Rio de Janeiro, se você já considerou o pré-sal. O pré-sal Rio de Janeiro já é o maior produtor. É um dos estados maiores produtores, assim como o estado de São Paulo. Em termos de sustentabilidade, eu acho que isso é importante. A segunda questão é a seguinte: você mencionou o município de São Paulo e o estado de São Paulo. A única questão que eu coloco para você é muito simples: o município de São Paulo e o estado de São Paulo hoje, em termos de arrecadação fiscal e tributária, ela já paga muito caro essa Pegada Ambiental, a partir do momento que ela arrecada alguns bilhões, manda para a União, e quando volta... o colega aqui está falando que volta 7%, mas a última informação que eu tenho da FIP é que não está voltando 7% não. É bem menos. É 5.7, 5.8, segundo o pessoal da FIP. Mas isso nós já pagamos isso várias vezes. Era só.

Cons. Abel: Faz favor. O Charles trabalha comigo. Ele quer tirar uma dúvida.

Charles: É só uma curiosidade. Eu queria saber o seguinte: a economia é realmente um dos pés da sustentabilidade. Mas quando você mostrou um gráfico ali, a Pegada Ecológica de São Paulo estava abaixo do Calgary, que é um deserto. Eu também não entendi essa parte. Estava abaixo. Eu não entendi isso daí. Porque a diferença. Porque se a pessoa ganha mais e consegue... (falha no áudio)

Michael Becker: Vou voltar no gráfico, aí talvez a gente possa esclarecer melhor.

Secretária Executiva Mary Lobas: Você responde agora, Michael, e depois continuaremos com os inscritos.

Michael Becker: Sim. Eu gostaria, talvez, de fazer algumas considerações. O Alexandre colocou a questão da área construída, da questão da área construída ser um pouquinho menor do que o estado. Sem dúvida. Quer dizer, os números detalhados estão no estudo também, que está no nosso site, e aí depois é percentualmente também, em relação à população. Por causa disso que talvez você tenha, realmente, uma diferença de São Paulo como cidade, e São Paulo como estado. Já que São Paulo tem uma Pegada, por exemplo, “de pastagem muito maior”, então percentualmente isso vai ter um reflexo também sobre a área construída. Mas sem dúvida, se você for constatar só a área construída do município inteiro, vai ser maior em São Paulo. Então essa vai ser uma das coisas. Eu acho que a questão relativa à educação ambiental, Alexandre, eu acho que, sem dúvida, a Rose também pode... Então a Rose também pode acrescentar quanto a isso. No município de Campo Grande, onde nós tivemos a primeira experiência, a gente, sem dúvida, está usando, por assim dizer, a Pegada Ecológica como talvez um gancho para se discutir, realmente, outras coisas relativas a consumo, se discutir outras coisas, relativas também ao fluxo de matéria, ou seja, aquilo que nós consumimos como recursos naturais renováveis. Estamos discutindo também a introdução de escolas sustentáveis, ou seja, estamos abordando a Pegada Ecológica talvez até como um ponto inicial para outras discussões de educação ambiental, relativas, não somente, vamos dizer assim, ou



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

puramente ao consumo. Aí, por exemplo, quando a gente está falando da escola sustentável, a gente está falando de reuso de água, que, se nós fôssemos cartesianos, nem entraria na Pegada Ecológica agora. Ou seja, estamos realmente tentando elaborar uma outra atividade. E, por exemplo, o que a Pegada, por exemplo, Ecológica também traz é até a relação nossa com aquele meio que produz o recurso natural renovável. Ou seja, isso é outro aspecto que a gente pode explorar que não necessariamente está tão, por assim dizer, fixo ao cálculo da Pegada, e às questões só e somente de consumo. Então até a Terezinha Martins, ela está liderando esse trabalho lá em Campo Grande também, e a Rose também, aqui. Não sei se você quer acrescentar alguma coisa agora, e aí a gente pode esclarecer mais sobre esse ponto, em específico. Gostaria de voltar só àquela questão também, da contratação, que foi feita no início. Só para esclarecer, eu acho que a gente fez o estudo. Quer dizer, foi financiado pelo WWF Brasil, foi feito um contrato entre o WWF Brasil e a consultoria. Não houve nenhum repasse, nem do município quanto do estado. Fizemos um acordo de cooperação técnica entre o estado, o município e WWF Brasil. E a consultoria também foi escolhida exatamente porque ela faz parte da rede do Global Footprint Network, ou seja, da rede global de cálculo da Pegada Ecológica, que é detentora, inclusive, dos standarts. Ou seja, esse cálculo não é um cálculo, por assim dizer, que a gente criou da nossa cabeça. Ou seja, tem uma metodologia certa para fazer esses cálculos. A GFN tem como parceiro, aqui no Brasil, a Ecosystemas. Ou seja, não temos também tantas alternativas por assim dizer, para introduzir essa tecnologia relativamente nova. E por causa disso, a gente então teve essa parceria com o Ecosystemas também. Eu acho que esclareceu. Eu acho que o Walter colocou também algumas questões relativas ao trajeto, ao percurso de como chegar a esses números, vamos dizer assim, eu acho que extrapola, talvez, até um pouco o ambiente aqui, mas aí eu pediria para verificar realmente na nossa publicação. Existe lá um fluxograma, existem os links também, da literatura especializada onde está descrito, efetivamente, o passo a passo de como a gente chegou nesse número final. E até a Terezinha também sempre brinca, ou briga comigo, que talvez a publicação ficou técnica demais. Ou seja, a gente tem um anexo bastante extenso, sobre as nossas planilhas que nós utilizamos durante esse período. Se houver alguma dúvida específica quanto a isso, a gente pode esclarecer mais a fundo. Eu acho que essa questão da urbanização, como eu acho que eu tentei ressaltar também, vamos dizer assim, esse número “assombroso” da Pegada Ecológica, não é uma coisa que, por assim dizer, deve assustar. É uma coisa normal para uma metrópole como São Paulo. Como tantas outras que também aparecem com uma Pegada Ecológica bastante alta. Nesse caso também, a gente, sem dúvida, reconhece que existe uma tendência de urbanização global bastante forte, reconhece também que, sem dúvida, os centros urbanos trazem muitas vantagens em termos de trocas de informação. Sejam elas, agora, relativas a inovação, sejam elas à questão do próprio passado, e construção de instituições, e museus, e assim por diante. Ou seja, existe, sem dúvida, um grande valor agregado no urbano. Mas a Pegada Ecológica, eu acho que tenta também estabelecer melhor a relação. E aí, é, talvez, uma questão a se verificar também, o quanto a própria população urbana se entende também como parte de um Meio Ambiente que ela consome, que não faz parte do ambiente urbano dela, necessariamente. Então eu acho que isso é, talvez, um dos desafios desta discussão que a Pegada Ecológica traz. Quer dizer, esse fluxo de matéria que também é uma grande característica. Florença também foi um centro comercial. Ou seja, tudo passava por lá, e a partir daí ampliou-se também, um certo mercado. Ou seja, mercadorias iam para lá, eram



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

negociadas, saíam de lá de novo. Ou seja, isso criou também, um pouquinho desse centro na Idade Média. A Pegada Ecológica tenta, talvez, resgatar um pouco desse entendimento, daquilo que é consumido, ou que vêm para esses centros urbanos, e a tentar montar um pouquinho melhor essa relação do próprio cidadão de São Paulo com aquilo que ele consome, que vai muito além de suas fronteiras. Então é nesse sentido que a gente está explorando isso, principalmente nas principais capitais, e que a gente quer trazer um pouquinho mais dessa discussão. Não é, necessariamente, a gente não está questionando, vamos dizer assim, a questão da urbanização. Inclusive até, vendo isso como uma tendência, e tentando, com a Pegada Ecológica, até responder. Se ficamos cada vez mais urbanos, por assim dizer, como a gente ainda consegue ter, dentro de um cidadão urbano, alguma ligação com o meio onde são produzidos os recursos naturais que ele consome? Como é que montamos essa ponte? Porque senão, você fica realmente... Quer dizer, é aquele negócio, a água só sai da torneira, e a carne, você tira lá da prateleira do supermercado, mas você nem sabe mais como ela é produzida. Então, eu acho que é esse um pouco do resgate que a gente quer trazer com a discussão da Pegada Ecológica. E você falou exatamente dessa questão da informação, das questões do passado, e dessa questão de troca que existe, de informação. Quer dizer, esses aspectos não são considerados na Pegada Ecológica. E aí, de novo, acho que é um pouquinho do limite de cada indicador. Então são exatamente outros aspectos tantos, que devem ser considerados, mas a Pegada Ecológica não trata disso. A questão também desse reequilíbrio, exatamente, eu acho que o reequilíbrio existe, e sempre vai haver, sem dúvida, em centros urbanos. E a gente não vai conseguir escapar disso. Mas exatamente, de novo, como o cidadão encara esse desequilíbrio e entende esse desequilíbrio, pegando a questão do algodão, como: *“Estou consumindo um bem de consumo que foi produzido...”* Uma das áreas produtoras lá, é Rondonópolis. Ou perto de Rondonópolis têm bastante algodão, também. Ou seja, esse algodão que eu produzo aqui, que eu compro aqui em São Paulo, ele foi produzido em algum lugar. Ele gerou uma Pegada Ecológica em algum lugar. Talvez até esse entender desse desequilíbrio, é que a Pegada Ecológica quer trazer. A Cíntia colocou a questão dos recursos naturais renováveis. São recursos naturais renováveis mesmo. Nesse caso, a questão dos gases de efeito estufa... Isso está relacionado ao poder de absorção da produção dos gases de efeito estufa. E isso, pelo fato de ser, vamos dizer assim, talvez uma das maiores questões globais, realmente foi incorporado isso como uma exceção, dentro do cálculo da Pegada Ecológica. Mas sim, são os recursos naturais renováveis, e aí depois, as questões não renováveis, que entra essa questão das emissões. Vamos dizer assim, a questão do pré-sal, e aí de novo, eu acho que são coisas que não são consideradas na Pegada Ecológica, até mesmo porque não consumimos todos, o pré-sal ainda. Quer dizer, existe muita especulação, muitas perspectivas, mas eles não entraram, efetivamente, na nossa cadeia econômica, ainda. Mas não fazem parte disso. E quanto à questão da parte da pizza e as questões, vamos dizer assim, econômicas, eu acho que aí, um pouco, a gente tem que separar uma questão. O que a gente está, talvez, encarando aqui, são fluxos, parcialmente, e não completamente, mas também são fluxos de matéria. Ou seja, a gente está tentando, em termos de área de pastagem, em termos de área de plantação, tentando quantificar o quanto que isso é consumido pelo estado. E aí depois, vamos dizer assim, a guerra fiscal é outra história. Então, eu acho que essas questões, se a gente for começar a evoluir um pouco mais nessa discussão, eu acho que, sem dúvida, a gente poderia até reequilibrar isso, de acordo com o consumo e a produção de cada estado.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Quer dizer, isso talvez seria uma discussão mais para o futuro. E colocar realmente essas questões. Quer dizer, os fluxos financeiros, talvez não necessariamente são tão iguais quanto os fluxos de recursos naturais, que acontecem entre as várias regiões. A última questão talvez, aqui, de Calgary... Então, Calgary está aqui. Essa aqui é grandona. Então Calgary, ela está aí, é uma cidade no Canadá, onde foi feito o cálculo, e essa cidade, no Canadá, principalmente pela questão de calefação, mas essa é exceção, tem realmente uma Pegada bastante alta. Então a Pegada é lá atrás, em 2005. E eles criaram, realmente, um plano diretor para Calgary, para tentar mitigar, reduzir essa Pegada Ecológica ao longo do tempo. A Pegada Ecológica não se reduz de um ano para o outro. Quer dizer, a gente não vai ter grandes surpresas, se a gente fizer a Pegada Ecológica logo no ano seguinte, que é um processo bastante longo. Mas, por exemplo, em Calgary... Quer dizer, o Plano também foi publicado, eles estão investindo, por exemplo, investindo mais em transporte público coletivo, investindo mais em eficiência energética, investindo na reconstrução de prédios também para, de novo, reduzir o consumo de energia. Então, são várias ações que, sem dúvida, a longo prazo, tentam minimizar ou diminuir a Pegada Ecológica.

Cons. Roberto Paulo: Muito obrigado. É o seguinte: eu queria perguntar ao palestrante, eu não vi, talvez esteja incluído em um dos recursos, mas dos recursos ecológicos, eu não vi o recurso hídrico. E ele é fundamental, no caso da cidade de São Paulo. E no caso do recurso hídrico, só para lembrar, o problema não é a quantidade. Água sempre recicla. Problema é qualidade. E o pior problema de São Paulo em termos ecológicos, quase ninguém fala, é o não tratamento dos esgotos, que, aliás, é responsabilidade do governo estadual. Por causa da SABESP. Então, esse é um ponto que eu não vi aí. Porque as indústrias, no estado de São Paulo, quase todas, 90% delas já pegam a água e tratam e devolvem dentro dos conformes. Ou seja, a CETESB é eficiente. Quem não é eficiente é a SABESP. Porque ela pega a água e joga o esgoto quase que... quase não, "in natura". Esse é um problema gravíssimo e eu não vi isso aí. Desculpe... Não é crítica não. Eu só quero saber onde está incluído. Qual recurso que está o recurso hídrico? Outra coisa é que na Pegada Ecológica, por classes sociais, talvez... o ideal seria per capita. Porque lá você pegou o total da classe baixa, total da classe média, total da classe alta. Só que a classe alta, per capita, ganha de todo mundo. E parece que não, ali. Porque está no total. Tem que ser per capita. Talvez... É uma... Porque para poder comparar, tem que ser per capita. Para comparar. Para que uma variável seja independente, tem que dividir por ela. Um problema matemático. Era isso aí, só. Simples. Obrigado.

Secretária Executiva Mary Lobas: Eduardo Jorge.

Secretário Eduardo Jorge: Eu não sei se o Representante do Governo do Estado está aqui hoje. Ele sempre vem. Não, não está. Em relação a essa pergunta, o nosso representante do governo do estado é muito ativo e sempre traz boas informações. É. Mas como ele não está eu queria só lembrar uma coisa...

Secretária Executiva Mary Lobas: Ele saiu.

Secretário Eduardo Jorge: Cadê ele? Então chame, porque falaram dele.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Eduardo Jorge: Eu sou baiano, não sou paulista. Embora meus filhos, todos, sejam. Eu morei mais de 40 anos aqui, e meus filhos todos são. Eu voto e moro, pago todos impostos aqui, há 40 anos. Eu sou adotado. É só uma observação, porque quando a gente... o paulista e o paulistano, particularmente, é o cidadão brasileiro mais exigente que tem. Mais crítico, mais exigente. Lá no nordeste, quando a gente vê um sujeito reclamando, aí o pessoal do nordeste diz: *“tenho certeza que é paulista”*. Então veja, eu falo isso como baiano, e com o paulistano, porque veja, é verdade. A gente aqui, na cidade de São Paulo, que agora fez um acordo mediante a votação da Câmara Municipal, de que vai estabilizar o trabalho da SABESP, que é uma das maiores empresas do mundo de saneamento. Não é nem da América do Sul, é do mundo. A gente também tem sempre que fazer justiça. A mesma coisa que eu falo em relação à LIMPURB e a Secretaria de Serviços. A gente tem 100% de água tratada na cidade de São Paulo. E tem 75% de coleta, 60% de tratamento. Então, a SABESP têm dados oficiais. Não sei se vocês estão contestando. Vamos levar então para o Secretário de Saneamento, e ele vem aqui contestar, porque é um dado oficial. Está publicado em todas as estatísticas. Isso daí, em relação ao Brasil, é muito alto. Eu estou só fazendo uma observação. Mas como vocês estão contestando o próprio dado, vamos pedir para o governo do estado, da próxima vez, trazer o dado oficial. Mas o que eu quero dizer? Isso já é um dado muito alto quando a gente vê o Brasil como um todo. Não há dúvida. Vocês sabem que a gente tem cidades aqui com zero. Aqui, até vizinho nosso, vocês sabem que tem uma grande cidade que é zero. Então, é só observação. Mas vamos deixar essa dívida para o governo do estado, que eu não sou do governo do estado, graças a Deus. O que eu quero falar é sobre a Pegada Ecológica e a importância dela. O Alexandre colocou no começo, uma dúvida: *“será que isso é problema individual, ou coletivo? É de atitude, ou é de política pública?”* Isso que ele perguntou para você. Veja, eu acho que são as duas coisas. As duas coisas. Ressaltando isso que o Michael falou que é uma coisa de longo prazo, a influência de um conhecimento como esse, e a Pegada Ecológica, como o Inventário de gás de efeito estufa, ele tem o efeito muito forte de educação ambiental, porque torná-nos conscientes do que nós somos. Antes, a gente não tinha consciência do que a gente era no Inventário, nem tinha consciência do que a gente era em relação à Pegada Ecológica. O primeiro efeito positivo, tanto da Pegada como do Inventário, é a gente ter consciência do que a gente é. Essa é a primeira questão. Isso vai gerar atitudes individuais e vai gerar políticas públicas ao longo do tempo. Veja no caso nosso aqui, a gente tem um Inventário relativamente baixo. Quando você compara São Paulo com outras cidades do mundo. Então você compara o nosso Inventário, não esse aqui. Não a Pegada. O Inventário mesmo. Ele é relativamente baixo quando você compara com outras cidades do mundo. Já a Pegada Ecológica, nós estamos já, indo para a Série B no campeonato. Não estamos ainda na Série A, no caso, é graças a Deus, porque aí é o inverso: quanto mais Série A, pior. Mas a gente já está bem mais em cima. Então acho que no campeonato, a gente está na Série B. É bem diferente, então, do Inventário. É verdade que o Inventário nosso, de 2005, só levou em conta dois gases de efeito estufa, e esse Inventário novo, parece que são 6 gases de efeito estufa. Então, é provável que o Inventário novo mostre a gente até em uma situação pior ao invés de melhor. A gente trabalhou bastante, mas pode ser até que a gente esteja em uma situação pior. Além do quê, a gente tem a contribuição muito grande que entram carros aqui todos os dias. Em grande quantidade. Mas de toda forma, é uma coisa diferente. Outra coisa muito interessante quando a gente vê os dados, é a desigualdade distribuída pelas classes sociais. A gente vai de Gana a



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Nova Iorque, aqui dentro de São Paulo. Aquela tabela é muito interessante. A gente vai de Gana, lá em Parelheiros, até Nova Iorque, aqui em Moema. E a gente tem que administrar isso. Essa diferença muito grande em uma cidade só. Outra coisa muito importante que a gente aprende, é que, apesar dessa desigualdade, a nossa média já é alta. Nesse ponto, a nossa média, de São Paulo, já é alta. Nós estamos na Série B. Então a gente não pode também ficar parado, nesse aspecto. Terceira coisa importante que eu aprendi de novo agora, olhando, é que a classe média já tem 60% da responsabilidade. A chamada classe média, que no caso, a classificação de classe média dele, eu vi, é quem ganha entre R\$ 1.500,00 a R\$7.000,00, é isso? Então, é uma classe média mesmo. De R\$ 1.500,00 na família, a R\$7.000,00. A chamada classe média alta, de R\$7.000,00 até R\$13.000,00, já fica na outra faixa, e acima de R\$ 13.000,00 já é outra faixa. Têm duas faixas acima. Mas a classe média chamada, de R\$ 1.500,00 por mês, no domicílio, a R\$ 7.000,00, já é responsável por 60% da Pegada Ecológica de São Paulo. Assim, Michael, eu faço algumas observações, de políticas públicas e atitudes, que eu acho que a gente tem que começar a prestar mais atenção nos próximos meses, anos. Duas delas têm a ver com o Inventário, é a mudança da forma de transporte da cidade, e a redução da quantidade de lixo que a gente produz. Reduzir, reciclar, fazer mais compostagem, tudo isso têm a ver com o inventário e têm a ver com a Pegada também. A questão do transporte também tem a ver com o Inventário e com a Pegada. Todo investimento no transporte público, tirar o diesel do transporte público, diminuir o uso do automóvel, incentivar a bicicleta etc., tem que haver... essa aí já é uma questão que a gente tem que discutir especificamente. A cidade e a região metropolitana e o Brasil, e São Paulo, e a Pegada Ecológica e o Inventário, precisam desesperadamente do rodão. Mas isso é outra discussão. Mas o que eu quero dizer, é que nesse período, vejam como a gente de São Paulo, a gente é crítico. A gente exige muito de nós mesmos. Em 8 anos, nós passamos de 55% de transporte individual e 45% de público, que era o que a gente tinha em 2004, para um dado que pouquíssima gente sabe: em 2012 a gente chegou a 55 de transporte público, e 45 individual. É uma virada extraordinária. Hoje, entre as capitais, São Paulo passou Porto Alegre em transporte público. Porto Alegre era primeiro lugar em transporte público, com 50%. São Paulo passou Porto Alegre. Está com 55% já, de transporte público, nesses 8 anos. Mesmo assim, ainda é pouco. A gente tem que fazer mais. Que tem que chegar em 70% o transporte público. Mas, vamos dizer assim, temos de ter um pouquinho de paciência em nosso espírito paulistano. Nós passamos de 45 para 55, em 8 anos. É uma coisa fantástica. Isso daí tem a ver com o Inventário, mas têm outras coisas que têm a ver, mais com essa Pegada Ecológica que o Michael trouxe hoje para a gente. Por exemplo, essas atividades que a Secretaria do Verde e a Secretaria de Subprefeituras têm feito em relação à agricultura urbana e periurbana, e junto com a Secretaria de Educação, a mudança de hábitos alimentares. Muitas vezes a gente não dá o devido valor a esse esforço da Secretaria de Subprefeituras, através do seu setor de abastecimento, em recuperar e incentivar a agricultura urbana em Parelheiros, lá na zona leste, no extremo da zona leste. Isso é muito importante. Às vezes muita gente acha que isso aí é uma coisa pitoresca. Não. Isso é importante. Isso tem um efeito na Pegada Ecológica nossa. Você manter e recuperar a capacidade de produção agrícola, urbana e periurbana. No caso nosso, é Parelheiros e o fundão da zona leste. E fazendo uma agricultura limpa, orgânica, como o setor de abastecimento, o Beto Graziano da Subprefeitura tem comandado um esforço muito grande. Isso é uma coisa importante, que a gente tem que prestar mais atenção. Cada vez mais atenção a isso. Há o incentivo que



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

a Secretaria de Subprefeituras está dando à implantação de novas feiras de orgânicos aqui em São Paulo. Isso é muito importante. Não é uma coisa secundária. Tem a ver com a nossa saúde e tem a ver com a Pegada Ecológica. Ele está ampliando as feiras orgânicas. Nós estamos tentando, inclusive, colocar uma feira orgânica aqui no Ibirapuera. O nosso Conselho Gestor parece que não está muito favorável. Mas a gente vai procurar outro local, aqui perto do Ibirapuera, se for preciso. Vamos para uma praça, se o Conselho Gestor não quiser dentro do Ibirapuera, que seria um local fantástico. Mas é muito importante esse esforço da Prefeitura, de ampliar o número de feiras orgânicas na cidade de São Paulo. A próxima que nós vamos tentar instalar é em uma praça aqui perto do Ibirapuera. E finalmente, uma coisa que muita gente ridicularizou a gente, da Secretaria do Verde, nesses anos, inclusive às vezes até dentro do próprio governo, que é o incentivo a mudar os hábitos alimentares. É evidente. É cristalino que a questão da alimentação é hoje, na Pegada Ecológica de São Paulo e outras cidades do mundo, a principal questão. Esses hábitos alimentares nossos, são o principal fator para colocar a Pegada Ecológica lá em cima. Então a gente tem que mudar. Além da questão da saúde pública, que a epidemia de obesidade cresce em um ritmo tremendo, inclusive no setor de classe média e pobre. Então você mudar para hábitos alimentares mais saudáveis, e que tenha menos impacto na Pegada Ecológica, que é uma coisa que a Secretaria do Verde vem defendendo aqui em São Paulo, tanto com a adoção de uma alimentação mais próxima do vegetarianismo, a adoção do dia sem carne, que a gente vem fazendo aqui com a sociedade vegetariana brasileira. Isso não é uma coisa pitoresca. Não é um radicalismo e um extremismo da Secretaria do Verde. Tem a ver com esse dado objetivo que agora a Pegada Ecológica nos traz, está vendo? Nós tínhamos alguma razão. Muita gente ridiculariza a Secretaria do Verde por isso, por defender essa mudança de hábito, mas vejam, essa Pegada Ecológica vem em nosso socorro, eu acho.

Cons. Otacílio: Bom, primeiramente, parabéns pela apresentação. A questão da cidade de São Paulo é uma questão interessante, porque ela é uma cidade, a nível de Brasil, peculiar. Ela tem uma grandeza econômica acima de qualquer padrão nacional, e por consequência, também um consumo acima de qualquer média nacional. Agora, eu pergunto: tendo em vista esse contexto geográfico da cidade, ela também apresenta peculiaridades regionais, no sentido de bairros. Cada região apresenta uma dificuldade, ou um interesse, ou um problema diferente. Ela também tem essa peculiaridade de ter uma apresentação de problemas muito diferente. Aquela região de Parelheiros, por exemplo, tem uma característica quase que rural em alguns pontos. E ao contrário, a região central é uma região urbanizada, por completo. Foi levada em consideração, eu creio, essas questões regionalizadas no sentido da cidade e haveria essa possibilidade de ter um desses dados a nível de região, pelo menos?

Secretária Executiva Mary Lobas: O Abel tem mais uma questão. Aí passo para o Michael.

Cons. Abel: Mais uma informação Michael. Nós fazemos parte do Comitê de Bacia do Alto Tietê. E ele pega Barueri e vai a Salesópolis, na área da Pegada Hídrica. Se for feito essa apresentação, eu nunca faltei, mas eu não vi. Seria uma boa essa apresentação para o pessoal, porque são todos os prefeitos da região metropolitana, está certo, e tem a sociedade civil, e tem o pessoal da área recursos hídricos do governo, SABESP, do



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

DAEE. Está todo o sistema hídrico também envolvido. Mais uma sugestão ou se você fez, eu não estava. Obrigado, Michael.

Michael Becker: Eu queria pontuar algumas coisas que foram postas aqui. Primeiro para o Roberto também, talvez até fazendo a ligação questão de recursos hídricos. A Pegada Ecológica realmente não captura, não consegue capturar a questão de recursos hídricos. Isso, o que faz, é a Pegada Hídrica. Exatamente. Cada ferramenta tem a sua função. Então, nesse caso, a Pegada Ecológica, ela não consegue capturar, exatamente porque a gente está falando de um ciclo, ou seja, não é uma questão que você produz água em um lugar... Não é questão que você produz água em um lugar, e aí, depois, transporta aquela água e depois ela é utilizada, e consumida realmente, dentro de um processo inicial, ou seja, ela sempre volta. Ela não pôde ser considerada nesse contexto da Pegada Ecológica. Mas a Pegada Hídrica, sim, ela considera o recurso hídrico, e considera o recurso hídrico em até, vamos dizer assim, nos seus aspectos consuntivos, ou seja, que você usa realmente para a produção, quanto também os seus aspectos de qualidade. Ou seja, quanto que você usa, por exemplo, para diluição, na questão, por exemplo, de algum processo produtivo. Ou seja, existem várias categorias de água. Então, água verde, água azul, água marrom, e aí depois, você vai fazer isso dentro da questão do cálculo da Pegada Hídrica. Mas esse é outro tema. Exatamente. Não está incluído na Pegada Ecológica. Está incluído na Pegada Hídrica. Não está incluído na Pegada Ecológica...

(fala sem microfone)

Michael Becker: Sim. Sem dúvida, é fundamental. Mas por causa disso, existe a Pegada Hídrica.

(fala sem microfone)

Michael Becker: Não. Ela é separada. Então, acho que foi só... talvez até... Só recapitulando aqui, eu acho que foi um dos primeiros slides.

(fala sem microfone)

Michael Becker: Isso. Aqui. Já que surgiu essa dúvida. A Pegada Ecológica realmente, ela vai, de um aspecto de consumo de recursos naturais, diretamente para o consumidor. E ela não trabalha muito essas questões relacionadas ao ciclo de vida. Ou seja, quanto de água realmente passa pelo ciclo de vida da produção. E por causa disso, foi contemplada a questão do recurso hídrico, por ser um recurso ecológico importante, dentro do aspecto da Pegada Hídrica, que é outra metodologia. É assim como a Pegada de Carbono, que é exatamente que dá mais um foco sobre... não, vamos dizer assim, quanto de carbono, praticamente, faz parte de um produto final, mas quanto de carbono esse produto, ao longo do seu ciclo de vida produção, acumula. Então são visões, de vez em quando, um pouco distintas.

Cons. Roberto Paulo: (fala sem microfone) de São Paulo, ela (fala sem microfone) ou mais metros cúbicos por segundo. Ela consome. Mas 1/3 disso vem da bacia do Piracicaba. Então, ela está tirando de outra área. No mesmo conceito da Pegada Ecológica. Então tinha que estar, na minha opinião, modesta e talvez errônea. Ou buscar



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

no outro vale. Isso mesmo. Do outro lado. Então isso aí para mim, não é que... É o fundamento 1 de tudo. É a água. A água não é a origem da vida? Ou eu estou ficando louco? Então eu acho que não pode uma coisa ecológica não falar na água. Me desculpe. É um negócio... Porque para mim, deixa... Para mim, eu fico atônito. Como é que em um troço que chama “ecologia” não tem água?

Michael Becker: Aí eu acho que é questão realmente mais de discussão sobre a própria metodologia. Por outro lado, quer dizer, a água é tão importante que ganhou uma Pegada só para ela. A gente pode encarar de ambas as partes. Eu acho que as outras questões relacionadas realmente às classes sociais, a questão da per capita a gente pode ver ao longo do cálculo. Eu acho que uma das coisas que, sem dúvida, foi ressaltado também, eu acho que pelo Alexandre, mas também pelo Secretário, a questão de políticas públicas, o nosso paralelo com as nossas atitudes individuais. Eu gostaria de acrescentar, talvez, um fator aí também, que é, realmente também o setor privado, que contribui aqui, nessa discussão. Sem dúvida, tem uma parte, uma responsabilidade do estado. Então fomenta, por exemplo, a questão da agricultura periurbana, que fomenta a questão de feiras orgânicas dentro da cidade. Tem, sem dúvida, a questão da responsabilidade do próprio indivíduo, de falar assim: *“olha, então eu vou consumir diferente, eu vou aderir, por exemplo, à questão da segunda-feira sem carne, vou mudar os meus hábitos alimentares...”*, e também tem, sem dúvida, a questão da responsabilidade empresarial. Ou seja, aquela discussão que a gente teve, de onde vem a carne, como ela é produzida, de onde vem a madeira, de onde vem o papel que é consumido aqui, também traz uma reflexão, obviamente, ao empresário, ou ao setor privado, de tanto questionar de onde vem a sua matéria-prima e também, de como ela é produzida. Então, essas duas perguntas, sem dúvida, podem ser feitas também, para o setor privado. Então a gente vê a Pegada Ecológica, sem dúvida, como uma ferramenta que pode servir tanto para o indivíduo quanto para o estado, mas também, sem dúvida, para a indústria, para que ela comece, vamos dizer assim, cada vez mais a pensar sobre a sua cadeia de custódia como um todo. Eu acho que uma das coisas que também, eu gostaria de ressaltar um pouquinho, na fala do Secretário é a questão, realmente, relacionada, por exemplo, às dificuldades de mudança. Exatamente. Quer dizer, ao longo desse tempo todo, foi feito então, a mudança entre transporte público e transporte individual. E as mesmas coisas, a gente enfrenta também, por exemplo, com as questões de mudança de hábito de consumo. O nosso primeiro alvo, por assim dizer, da Pegada Ecológica foi a questão relacionada a Campo Grande. A gente fez lá, e eu não sei agora, quantos dos senhores já foram a Campo Grande, quer dizer, a capital, por assim dizer, quase, da carne nacional, ou seja, que foi consumido muita carne, e sem dúvida, isso teve um impacto forte na Pegada. Mas nós também não somos ingênuos de falar assim: *“bom, agora vamos mudar a cultura da região, completamente, de um dia para o outro.”* Ou seja, a gente está, sem dúvida, sentindo que esse é um processo, a gente alertou para isso. É um processo contínuo. É um processo de longo prazo, realmente, essa mudança dessas questões de hábitos. Sejam elas relacionadas ao uso de transporte público, ou seja elas relacionadas ao nosso próprio consumo diário e como ele ocorre. O Otacilio também fez a questão relacionada aos padrões, nos bairros. Lamentavelmente, não se tem a densidade, em termos de dados, para descer no nível de bairros ou de regiões, ou de microrregiões, dentro da cidade de São Paulo. Então não se tem isso. E isso, de vez em quando é até um limitante, por exemplo, para outras capitais brasileiras, até mesmo em Campo Grande, não se tem o hábito... O IBGE, por exemplo, não faz isso com tanta frequência, de você



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ter, por exemplo, uma pesquisa sobre o orçamento familiar, feita de maneira regular em todas as capitais brasileiras. Isso não existe. Aí é outra discussão sobre a necessidade de se fazer isso, a nível nacional. Mas no caso de Campo Grande, houve uma antiga, e aí depois, a gente fez uma cooperação com a universidade local. Fizemos uma adaptação de acordo com as tendências inflacionária daquela base de dados antiga, e uma adequação, para fazer, realmente, o cálculo da Pegada. Realmente, a questão de ter uma segurança quanto aos dados, é bastante importante no cálculo da Pegada. E essa segurança, lamentavelmente, a gente não encontrou em termos de bairros municipais. Então a gente preferiu não “especular” demais, não tendo essa profundidade de dados. A gente não apresentou nada na questão do PCJ. Eu acho que uma das apresentações que a gente fez lá atrás também, foi até com a FIESP, então a gente está devendo também um retorno lá. Sem dúvida, a gente pode apresentar os resultados em outros fóruns. A gente quer ter uma mobilização maior, quer ter uma discussão maior também, sobre a Pegada, como indicador. Seria isso. Obrigado.

Secretária Executiva Mary Lobas: Nós temos inscritos a Rose, a Eliana e o Márcio. Alguém mais gostaria de se inscrever, para podermos... Eduardo Jorge. Todo mundo de novo? Alexandre, Otacílio. Rose.

Cons. Rose Inojosa: É um comentário sobre a questão que o Alexandre levantou que o Secretário também já abordou. A gente acredita que a Pegada realmente ajuda muito na questão da educação ambiental. E a gente trabalha com a perspectiva de uma educação ambiental crítica e ativa. Então quanto mais você pode compreender essa situação, como é que está se consumindo, você pode levar isso para os seus hábitos, então ativamente, transformar os seus hábitos, e também consegue analisar as políticas públicas. E basicamente, às vezes, contradições que existem nas políticas de todos os níveis de governo. Então nós somos impactados por políticas que ora ajudam a mitigar e adaptar, como o caso das políticas que foram levantadas aqui, da transformação dos combustíveis, da transformação do transporte público, do plantio, do aumento de áreas verdes que é uma política de adaptação fundamental, e ao mesmo tempo, a gente é convidado a consumir mais. Então a educação ambiental crítica, ela permite que a gente se posicione. Que as pessoas se posicionem, face a essas, inclusive essas contradições, e apoiem ou não apoiem políticas públicas. E ajudem a desenhar política pública, se mobilizem para desenhar política pública. Do lado do hábito, é fundamental que a gente... e a gente faz isso aqui com muita intensidade, que a gente transforme hábitos de consumo. Porque é só experimentando outros hábitos é que a gente pode, de fato, verificar que é possível viver melhor, com outro tipo de hábito. Então eu concordo com o Alexandre. É um instrumento muito importante de política pública, de educação ambiental e de transformação do cidadão, da cidadania. E a gente procura, realmente, trabalhar com essas duas vertentes. Uma educação crítica, que pode compreender, que compreende que pode apoiar ou não apoiar políticas, e ao mesmo tempo, ativa, que transforma. Se transforma, para poder se colocar como um elemento transformador também, imobilizador. Obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Eu estava vendo se conseguia chegar até ver as apresentações dos CADES Regionais, mas eu tenho que sair mesmo, porque eu tenho a apresentação das áreas verdes da zona leste lá no SESC Itaquera. Eu tenho que ir correndo lá pegar o final. Por isso eu me inscrevi de novo, para fazer uma observação em



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

relação ao Roberto. Na verdade, Roberto, todas as Pegadas são visões parciais. Elas vão compondo o quadro. A água na verdade, pelo que eu entendi, ela está implícita nisso aí, porque quando você fala de pastagem, de agricultura, isso é pura água. Então, está implícito. Agora, não está, realmente, decomposta especificamente. Por isso que o Michael fala que a água é tão importante que tem que ter uma Pegada só para ela, para ver todos os aspectos. Mas eu acho que implicitamente, Michael, eu acho que você tem que levar em conta isso que ele está dizendo, que ela está... quando você fala em agricultura, quando você fala de pastagem, você fala de pesca... Isso aí tudo é água. Água. Quando a gente exporta soja para os porcos da China, é água que a gente está exportando. Água e soja.

(fala sem microfone)

Secretário Eduardo Jorge: Mas na verdade, é como aquela história das Mil e Uma Noites, dos quatro cegos tentando entender o que é um elefante. Então cada um vai vendo de um jeito, aí depois vai compondo a imagem do elefante. A Pegada Ecológica ajuda a gente nisso, dessa forma. Porque vê de outros vieses. Mas ela não é suficiente para entender o elefante, do problema que está esmagando a gente. Mas eu queria então pedir desculpas, eu tenho que sair. Inclusive a apresentação do pessoal de Santana, se você puder deixar aqui para a Mary, depois, passar para mim, por favor. Mas o Carlos vai ficar junto com a Mary, coordenando e vendo essas questões tão importantes que os CADES Regionais estão trazendo. Eu só queria dizer que é uma felicidade para a gente do CADES central, vamos dizer assim, porque mostra que a política da regionalização dos CADES Regionais é correta, deve ser aprofundada, deve ser aperfeiçoada, e cada reivindicação, cada crítica, cada sugestão é um sinal que eles estão vivendo. Está começando a existir os CADES Regionais, de verdade. Agora, a gente também tem que ver o papel de cada um. Isso aí, um não pode substituir o outro. O CADES Municipal tem funções e os CADES Regionais também têm suas funções. Mas obrigado. Desculpem-me.

Cons. Eliana: Bom dia a todos. Trabalho na Secretaria Municipal de Saúde, em um programa muito grande, chamado “Programa Ambientes Verdes e Saudáveis”, que trabalha com projetos de educação socioambiental, no território da cidade de São Paulo. E a minha dúvida é o seguinte: como nós poderemos, então, gerar dados para que a gente tenha uma Pegada Ecológica por território? Porque esse é um desafio que talvez seja interessante a gente começar a produzir. A gente utiliza a Pegada Ecológica como um pano de fundo muito importante em termos conceituais. A UMAPAZ trabalha dessa forma, e o “Programa Ambientes Verdes e Saudáveis” também. Mas como é que nós podemos, de uma forma mais concreta, começar a trabalhar no sentido de pegar dados e fazer isso por território? Teve um momento que o IDEC trabalhou junto com o FEMA - Fundo Municipal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em um projeto do qual eu fiz parte, no sentido de acompanhar esse projeto, que eles pegaram como área de análise, área de abrangência, a região da Lapa. Que é um bairro que tem o perfil de classe média, de consumo muito peculiar, e se traçou modelos de consumo. Como é que era esse consumo desta região. Agora eu pergunto a vocês, talvez em especial à Terezinha, como nós poderíamos então, caminhar nessa direção, de ter uma visão regionalizada? Nós sabemos que a classe média tem um padrão de consumo, mas seria interessante a gente ter esse perfil regional. Então essa é a minha primeira dúvida. A segunda dúvida é com relação aos resíduos em especial, porque, acho que como a Pegada Hídrica, a Pegada



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de Resíduos é uma Pegada específica. Mas talvez, se eu colocar... quando eu analiso a questão da destinação dos resíduos de uma cidade, que é por hectares, é por área, talvez eu possa colocá-la dentro do conceito de Pegada Ecológica. E se nós analisarmos que hoje, durante todos esses anos, nós temos um modelo de resíduos onde se utilizam os aterros sanitários como modelo de destinação, ocupando grandes áreas e que não existe ainda, perspectiva a curto prazo, de se mudar esse modelo... Não estou falando em padrão de consumo. Isso é outra discussão, coleta seletiva, todos esses referenciais de educação ambiental, fundamentais. Eu estou discutindo a questão da destinação. Aí talvez, eu poderia trabalhar Pegada também sob essa perspectiva. Então são essas duas dúvidas. Trabalhar a questão dos territórios, se fazer esse recorte, tendo todo o panorama de Pegada Ecológica do município, da cidade de São Paulo, e como se fazer isto. Ir como, como nós vamos gerar isso? Por que essa dúvida? Porque nós temos aqui todos os DGDs, de educação ambiental da qual a UMAPAZ coordena, que é um grupo forte de educação ambiental. Temos o PAVs e outros que fazem educação nas escolas etc. Mas nós poderíamos marchar em direção a alguma coisa mais concreta, nesse sentido.

Cons. Márcio: Bom dia. Márcio Esteves, representando a FIESP. Só uma pergunta e um convite. Michael, a WWF participou ou esteve presente no DMA, Departamento de Meio Ambiente da FIESP? Vocês conhecem lá, ou não?

Michael Becker: Sim, sim.

Cons. Márcio: Vocês já estiveram lá? Eu faço um convite para a gente discutir a Pegada Ecológica, porque concordo com meu amigo Roberto Paulo lá, com relação à parte hídrica. 95% das indústrias, o recurso principal dele é a água. E não dá para falar do processo produtivo, ou de uma Pegada Ecológica, sem contar com a parte hídrica também envolvida. E faço o convite para vocês fazerem essa exposição lá na FIESP, lá para a diretoria, e já me antecipo, nem conversando com o meu presidente, mas eu me antecipo a convidar vocês a participarem lá. E me ponho à disposição, ponho a FIESP à disposição, o corpo técnico da FIESP, para a gente poder discutir isso. Está bom?

Secretária Executiva Mary Lobas: Nós temos inscritos o Otacílio e o Alexandre, temos de encerrar, porque nós temos outro ponto de pauta. Otacílio.

Cons. Otacílio: A questão é com relação àquela visão mais micro, em relação aos bairros. Talvez fosse interessante ou apontasse um meio de chegar a esses valores, diminuindo aí, a análise, com relação a esses bairros, de forma mais setorial. E eu creio que talvez essa dificuldade tenha vindo pela própria concepção do trabalho, que deve ser uma visão muito mais macro do que essa. E talvez seja essa... aqui, não querendo atuar como advogado, mas a dificuldade em relação à questão hídrica, que ela demandaria também uma visão muito mais ampla, ao contrário, é a nível de estado, porque precisa fazer uma análise intermunicipal. A questão hídrica, ela aponta para uma direção bem mais ampla do que essa questão ecológica do município de São Paulo. As relações entre o setor produtivo, de matéria-prima, e o setor de consumo da população, a questão da água passa por um aspecto muito mais amplo que demandaria um estudo talvez regionalizado, a nível de municípios no entorno da Grande São Paulo, que, como eu havia colocado, é uma cidade sui generis no que se refere à questão econômica do país. Ela tem que ser considerada, a cidade de São Paulo, quase que como um estado em alguns aspectos.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Então talvez, essa questão hídrica demande aí, uma análise muito mais ampla, muito mais profunda no que se refere à inter-relação entre a cidade de São Paulo e os municípios no seu entorno. Em alguns casos, até mais distante do que seu entorno. Que no caso da água, são cada vez mais distantes as áreas de captação dessa água. Então talvez fosse interessante no trabalho, apontar algumas soluções que o estudo veja como forma de aprofundar essas questões, seja no sentido de questões mais amplas como no caso da água, e questões mais setoriais no sentido de você aprofundar o trabalho com relação aos bairros. Essa análise a nível de bairro. Existe essa possibilidade, de se apontar essas parcerias? Como se poderia ser feito? Existe essa preocupação?

Secretária Executiva Mary Lobas: O último é o Alexandre e nós temos que encerrar porque nós temos mais dois pontos de pauta. Então o Alexandre, e aí eu já passo para o Michael para poder encerrar, certo, Michael?

Cons. Alexandre: Acho que a maior parte do comentário, o Secretário já falou, que acho que as metodologias têm que ser entendidas como complementares. Não faz sentido você pensar em uma metodologia somente da Pegada Ecológica, dissociada das demais. Para você ter essa complexidade do real. Então é necessário somar esse aí, pelo menos à Pegada Hídrica a dos demais. E aí, uma observação rápida. O representante da Secretaria de Estado não retornou, não é, Mary? Só uma observação rápida que eu... talvez seja isso. Se em São Paulo se capta 75% do esgoto, provavelmente, esses 60% dizem respeito a 60% dos 75 captados. Ou seja, a gente teria 45% do esgoto bruto aí de São Paulo, tratado. Menos da metade.

Michael Becker: Obrigado. Acho que um dos pontos que apareceu, eu acho que tanto da Eliana quanto também do Otacílio agora, a questão, realmente, dos dados. E aí, eu acho que é, vamos dizer assim, é uma questão que, sem dúvida, é desejável. Quer dizer, existe essa preocupação? Sim. Ela existe. Mas para esse estudo, e para, eu acho que até essas instituições que estavam diretamente envolvidas nesse estudo, isso vai muito além da nossa capacidade. Porque aí, a gente estaria falando, realmente, de uma pesquisa quase domiciliar, de verificar os hábitos de consumo em cada região, em cada família, fazer a densidade para isso também, para ter certa segurança estatística, e assim vai. Então, existe essa preocupação? Sim. Sem dúvida, existe. Se a gente conseguisse fazer uma parceria com o IDEC, conseguisse fazer uma parceria com a FIP, ou até mesmo junto ao IBGE, para apoiar esse tipo de pesquisa, sem dúvida seria muito interessante. E não só pela questão da Pegada Ecológica. Quer dizer, a gente está fazendo um retrato de hábitos de consumo da população paulistana. Então isso pode ser utilizado para o cálculo da Pegada Ecológica, como para tantos outros aspectos de planejamento urbano. Então não seríamos, entre aspas, só a Pegada não seria beneficiada com uma questão assim. Mas aí, sem dúvida, eu acho que a gente tem que envolver outros parceiros, tem que ter outras pessoas dialogando também, para que essa pesquisa aconteça, e seja, realmente, incorporada, ou seja utilizada também para ter então, essa discussão com a Pegada Ecológica, ou ter outras discussões derivadas, exatamente, desses estudos. Ou desses dados. E já quase foi incendiada, aqui, uma discussão, de novo, sobre dados e de onde é que eles vêm, como eles surgem, o que eles apresentam. Então a gente sabe, também, muito bem, que existe, realmente, um desafio bastante grande quanto à precisão, à obtenção e análise de longo prazo, de certos dados referentes à gestão pública, ou referentes às questões que talvez não estão relacionadas a um setor específico, ou a



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

outro. Então nesse aspecto, sim, existe a preocupação. Gostaríamos de fazer isso, mas, vamos dizer assim, “no momento é muita areia para o caminhãozinho do WWF.” Quer dizer, isso é um trabalho forte que precisa ser feito junto à FIP, junto ao IDEC, talvez junto ao próprio município, para haver, realmente, essa preocupação de colher esses dados brutos, por assim dizer, com certa regularidade. Então fica isso como um ponto relativo aos dados. Eu acho que quanto a um ponto relativo aos resíduos, eles não fazem parte também da Pegada Ecológica, porque a gente contempla, vamos dizer assim, o uso para construção dos nossos materiais como os recursos naturais renováveis. Então a gente corre o risco, talvez, de estar contando eles duplamente, se a gente for contar só a decomposição. E nesse caso, a gente conta, realmente, a área construída como a área de aterros. Então muitas vezes também, eu acho que pelo fato da questão do próprio debate produtivo que a gente está vendo aqui também, sobre a Pegada Ecológica, e do próprio talvez atrativo do nome, da Pegada Ecológica, de vez em quando a gente corre o risco, também, de colocar todos os impactos ambientais dentro da Pegada Ecológica. Que não necessariamente é isso. Quer dizer, a gente teve também, na questão de Campo Grande, até foi bastante ilustrativo, porque o Secretário de Meio Ambiente lá, falou assim: *“não, mas a Pegada Ecológica vai resolver os meus problemas de queimada urbana?”* Que eles têm lá. Ele falou assim: *“Não. Não vai.”* Mas aí então, dá para você entender um pouquinho do que está, efetivamente, no entendimento das pessoas relativo à Pegada Ecológica. A Pegada Ecológica não é igual a impacto ambiental. Todas as questões, relacionadas, realmente, vamos dizer assim, às questões específicas de saneamento, às questões específicas de aterros sanitários, e à produção ou ao reaproveitamento do metano, o chorume, não cai tudo dentro da Pegada Ecológica efetivamente. É um olhar, é uma composição que a gente está dando para exatamente tentar abrir novas perspectivas sobre as questões de uma, como diz aqui, a Eliana, com uma política pública sustentável. Agradeço ao convite da FIESP, é uma questão, realmente, da gente, talvez, agendar, verificar essas agendas. Eu sei que também existe uma preocupação específica com a questão de recursos hídricos. Eu mesmo também venho um pouquinho dessa área, ou seja, teria até um pouco a contribuir nessa questão. Existem tantos outros índices que a gente pode ver no Sistema Nacional de Saneamento. Então tem muita coisa sendo verificada, ou não. E sem dúvida, eu acho que a questão de... Não é questão de ver o recurso hídrico fora de um ambiente ecológico, mas exatamente pelo fato de ele ser, talvez, tão especial, ele está sendo contemplado, especificamente na questão da Pegada Hídrica, que incorpora a questão da Pegada Virtual, que é o nome do conceito que foi exemplificado aqui, com a questão da exportação da água, que nós exportamos em conjunto com a soja. Ou seja, a água que é utilizada para a produção da soja. Tem a questão também dessas transações, por assim dizer, de quantias de água entre bacias hidrográficas. Ou seja, qual que talvez seja a bacia hidrográfica que importa a água e qual que exporta a água. Ou seja, isso é outro nível, realmente, de discussão que envolve talvez, até um outro tipo de território de bacia hidrográfica, que não o território da Pegada Ecológica. Então, existem realmente algumas diferenças conceituais em Pegada Ecológica, Pegada Hídrica e Pegada de Carbono, que aí depois, estão exemplificadas no seu detalhe também, na publicação. E nesse caso, eu gostaria até de ressaltar a publicação em si. A gente está em um esforço bastante grande de ter a publicação impressa, convidamos talvez, qualquer entidade interessada também, a participar dessa publicação, para que a gente possa ter uma abrangência bastante grande. Eu acho que a gente está agora, no momento, até em diálogo com a Secretaria



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Estadual, para a gente esperar, realmente, um pouco desse turbilhão com as eleições, e aí, depois, fazer, realmente, uma publicação conjunta de pelo menos mil exemplares. Quer dizer, exatamente, caso alguma outra entidade esteja interessada em participar dessa edição, estamos abertos, gostaríamos de ter isso, realmente, divulgado, o máximo possível, e toda contribuição é bem-vinda para que a gente possa alcançar e iniciar, realmente, o debate sobre a questão da Pegada Ecológica com um público maior. Não é o final do debate, e a Pegada Ecológica não dá respostas a todas as perguntas ambientais do planeta. Mas é, eu acho que, um bom início, e é uma diferente perspectiva de como se tratam essas questões a nível individual, a nível de empresa, e também a nível de gestão pública. Agradeço mais uma vez a possibilidade de estar aqui. Espero que a gente evolua, também, nas atividades de mitigação, relacionadas à Pegada. Muito obrigado.

Secretária Executiva Mary Lobas: Michael, em nome da Secretaria do Verde e do CADES, nós agradecemos muito sua exposição, sua participação, que muito nos enriqueceu com os novos conhecimentos. Obrigada. Podemos passar para as duas inclusões de pauta, para se discutir hoje. Então a primeira foi feita pelo senhor Quintino, por intermédio do Eugênio, que é do Conselho Regional da Freguesia do Ó. O primeiro ponto é sobre o Parque Brasilândia. Eu gostaria de pedir ajuda para o Carlos Fortner.

Cons. Carlos Fortner: Bom dia. O ofício já está protocolado aqui no CADES, não é Mary, do pedido dessa informação? É importante que esse ofício venha. A gente tem algumas informações iniciais a respeito do Parque Brasilândia. Eu não vou ter agora os dados todos precisos. Mas a gente inclusive, me parece que já deliberou alguma destinação de recursos para desapropriação de área. Eu precisaria confirmar isto, mas não me é estranho isso, se não foi, está para ser. Agora, o que eu ia sugerir era, a partir desse ofício, a Mary encaminhar isso para o DEPAVE, e a gente preparar uma apresentação específica do Parque Brasilândia, qual o estado desse projeto hoje, em que pé que estão essas incorporações de área, se a área do CDHU entra, se não entra etc. E a partir daí a gente fazer uma reunião pontual para esclarecer tudo isso. Só a título de exemplo, fizemos uma ontem, a respeito do Parque Itapauina, que é na zona Sul. E surgiu mais ou menos assim: não tinha vindo o expediente via CADES, Mas já que existe esse pedido, eu vou pedir para a Mary, assim que receba o ofício, encaminhar isso ao DEPAVE, e a gente providenciar um histórico, toda uma apresentação para poder esclarecer tudo, em que pé que está o projeto.

(fala sem microfone) do estado do parque?

Cons. Carlos Fortner: Eu precisaria coordenar com o pessoal do DEPAVE, para elaborar uma apresentação. Eu diria que uns 15 dias eles montam isso. Na verdade envolve, além do DEPAVE, envolve também o DEPLAN. Porque quando sai o projeto do Parque, sai para o DEPAVE, mas quem faz nascer o Parque, identifica as áreas, é o DEPLAN. É o Departamento de Planejamento. E no DEPLAN... A partir do DEPLAN é que saem as propostas de desapropriação. Então só para recapitular um pouquinho, até foi deliberação do FEMA, nós temos usado os recursos das compensações ambientais dentro de uma conta específica do FEMA, para desapropriação de áreas. Então por isso que, quando foi falado Parque Brasilândia etc., isso, me parece que já passou alguma coisa lá, no sentido de destinar recursos à aquisição de áreas. Eu sei que está andando. Mas eu não tenho o



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

dado preciso aqui, agora. Fui pego meio de surpresa, nisso. Mas a partir desse pedido, a gente organiza com o DEPAVE uma apresentação, talvez 15 dias, 3 semanas no máximo, para a gente chamar uma reunião para apresentar isso.

Secretária Executiva Mary Lobas: Tudo bem, senhor Quintino? O segundo ponto colocado pelo Eugênio. Eugênio, segundo suas palavras, tem uma questão, um problema na coordenação do Conselho Regional da Freguesia do Ó. Eu te pergunto: você está falando em nome do Conselho, ou isso é uma observação sua?

Eugênio: Obrigado. Essa observação é minha, mas ela já foi encaminhada, inclusive, ao Ministério Público, por representatividade de dois Conselheiros Municipais, e também ao DPPC, onde já foram abertos dois inquéritos policiais contra as atitudes do presidente, ao subprefeito Valdir Suzano. Então, no caso, a representação é minha. É no meu nome, enquanto Conselheiro. Mas vem com o aval de outros Conselheiros que têm o mesmo tipo de dificuldades. Estão dando o aval às minhas representações. Então é nesse sentido que eu recorro a esse Conselho Municipal para interferir, de alguma forma, a favor do bom andamento dos trabalhos do CADES e da Freguesia do Ó, Brasilândia.

Secretária Executiva Mary Lobas: Certo. Eu passo para o Chefe de Gabinete, Carlos.

Cons. Carlos Fortner: Eu queria fazer dois comentários. O primeiro é que eu acho que é importante que a gente percebe que o CADES Regional está vivo. Se ele está agindo dessa maneira, que está sentindo falta de reação significa que ele está ativo. Segundo que, o subprefeito, como presidente do CADES Regional, ele é subordinado à Secretaria de Subprefeituras. Então a gente não tem a ingerência direta deles. Mas o que pode ser feito, eu acho que deve ser feito, é a partir do CADES, a partir desse pedido, desse protocolamento, a gente encaminhar isso à Secretaria de Subprefeituras, ao Secretário Ronaldo, pedindo, justamente, um empenho maior do... está se notando que falta presença do subprefeito nas reuniões, até para dar o aval. Então, isso pode ser e deve ser encaminhado ao Secretário Ronaldo, para formalizar esse pedido.

Cons. Alexandre: Como se dá esse encaminhamento? A gente faz um... Isso vai para um ofício do CADES, como é que...

Carlos Fortner: Eu estou entendendo que foi protocolado por e-mail. Protocola um ofício, para a gente até formalizar. Para registrar isso. Uma vez tendo esse ofício, vai ter o respaldo do CADES, pedindo para o Secretário Ronaldo uma intervenção, um reforço lá, “um puxão de orelha”, seja lá o que for. Enfim, mas eu acho importante que isso seja formalizado. Quer dizer, só um e-mail fica uma coisa meio vaga. Eu acho que era melhor formalizar mesmo, falar: *“olha, existe esse problema, identificou-se esse problema...”*, que seria o caminho correto de conduzir a coisa. E aí, com o aval do CADES, isso vai para a Secretaria de Subprefeituras. Acho que seria a maneira mais correta e mais eficiente.

Eugênio: Eu só não entendi a formalização. Eu faço outro documento, formalizo? Nesse momento? Porque eu tenho aqui os documentos, acho que está fácil de tirar cópia, eu posso sim, fazer esse pedido via ofício.

(fala sem microfone)



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Eugênio: E têm mais alguns outros pontos. Eu seria breve, que eu gostaria de deixar aqui, exposto à mesa. Posso? Posso ler? É rápido. São documentos protocolados, que não foram respondidos.

Secretária Executiva Mary Lobas: Mas isso diz respeito à dinâmica do Conselho Regional? É porque eu acho que você encaminhando esse ofício, várias questões já serão resolvidas. Nós não vamos conseguir resolver isso hoje.

Eugênio: Ok. Ok. Positivo.

Secretária Executiva Mary Lobas: Está certo?

Eugênio: Então eu agradeço e aguardo um encaminhamento dos senhores.

Secretária Executiva Mary Lobas: Obrigada. O próximo ponto de pauta, a Andréa Akissue, da SIURB, ela tem um esclarecimento que foi levantado na reunião anterior, pela Conselheira Ros Mari Zenha, ela não está presente hoje na reunião, mas lerá a ata.

Cons. Andréa: Bom dia a todos. Eu queria ler aqui, um esclarecimento que a SIURB vai fazer. Foi perguntado sobre a intervenção nos córregos Sumaré e Água Preta. “A intervenção nos córregos tem por objetivo, melhorar os sistemas de macro e microdrenagem, para diminuir os problemas de inundação ocasionados pela deficiência das redes e galerias existentes, que afetam o desempenho das atividades socioeconômicas e o tráfego veicular da região. Características técnicas: no córrego Água Preta, o projeto de reforço do sistema de drenagem da bacia do córrego Água Preta, com a implantação de galeria complementar à existente, entre o seu deságue no rio Tietê, até a Rua Roca Dordal, numa extensão de aproximadamente 3.300 metros, com trecho em sessão celular dupla, com base variando de 2,60 metros a 3,40 metros, e altura variando de 3 metros a 3,40 metros, e um trecho em túnel liner, com diâmetro hidráulico de 4,20 metros. No córrego Sumaré, o projeto de reforço do sistema de drenagem da bacia do Córrego Sumaré, com a implantação de nova galeria complementar à existente, entre o seu deságue no rio Tietê, até a rua Aimberê, numa extensão total de 2.500 metros, com trecho em sessão celular dupla, com base variando de 3,20 metros e altura variando de 2,60 metros a 3,20 metros. Um trecho em galeria de célula única, e trecho em túnel liner, com diâmetro hidráulico de 4,20 metros. Os recursos atuais da Operação Urbana estão sendo direcionados para as obras de drenagem das bacias dos córregos Sumaré e Água Preta, que são as duas maiores e mais problemáticas bacias e que consumirão, praticamente, todos os recursos atuais da Operação. A intervenção nestes dois córregos foi objeto de projetos executivos e licitação de obras, sob responsabilidade de SP Obras, no âmbito da Operação Urbana Água Branca. Todos os projetos de drenagem serão de conhecimento do CADES, já que a própria LAP determinou que os projetos de drenagem devem ser objeto de estudos ambientais específicos, conforme resolução número 61/CADES/2001. A obra é alvo de licenciamento e para tanto, está sendo elaborado um estudo de viabilidade ambiental, EVA, para futura análise do DECONT em SVMA. Com relação ao questionamento sobre a consulta ao Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP, esclarecemos que o referido departamento não atua como instância consultiva do poder público municipal. Atua por intermédio da fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, FCTH, como prestador de serviço contratado especificamente



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

para desenvolver trabalhos para a Prefeitura, como é o caso do Sistema de Monitoramento Contra Enchentes para SIURB, Apoio à Elaboração do Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais para SMDU, dentre outros. Em relação ao Plano de Drenagem elaborado por SMDU, em 23 de maio de 2012, na 140ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, o Secretário Miguel Bucalen fez uma apresentação sobre o desenvolvimento do Plano de Drenagem do Município de São Paulo. E, naquela oportunidade, o objetivo foi deixar claro o escopo do trabalho que ainda está em andamento, e que tem uma perspectiva de médio prazo até 2016, e longo prazo até 2040. Foi explicitado que a função do contrato com o FCTH é auxiliar a Secretaria na elaboração do termo de referência para o programa. Ressaltamos que a Prefeitura contrata seus projetos de drenagem e manejo das Águas Pluviais com base no Caderno de Diretrizes Básicas para Projeto de Drenagem Urbana no Município de São Paulo, que foi elaborado por contrato específico entre a SIURB e a FCTH, em abril de 1999. Encontra-se em desenvolvimento e atuação deste Caderno de diretrizes, que será denominado Manual Técnico de Drenagem, incorporando as novas técnicas de dimensionamento desenvolvidas neste período.

Secretária Executiva Mary Lobas: Andréa, a Conselheira não está presente, mas a ata será encaminhada para ela. Então agora, o próximo ponto de pauta é uma solicitação do Conselheiro Otacílio, que quer expor uma questão que está ocorrendo no Conselho Regional de Santana/Tucuruvi, sobre o gradeamento sobre o elevado do Metrô na Avenida Cruzeiro do Sul. O Otacílio vai falar, e temos presente também o senhor Jacó Bider, representante do CONSEG, e da OSCIP Associação Energia Vital. Passo então para o Otacílio começar. Eu só peço que vocês sejam sucintos, porque nós temos um teto para terminar a reunião. Por favor, Otacílio.

Cons. Otacílio: A solicitação foi encaminhada para mim pelo CADES Santana. A questão relativa ao Cruzeiro do Sul é que existe, atravessando praticamente toda a extensão da Avenida Cruzeiro do Sul, o Metrô. O elevado. E aquela região abaixo do Metrô se apresenta ali, em alguns momentos, como estacionamento de veículos, ora como habitação irregular de mendigos e drogados ou, coisa parecida. E uma das soluções apresentadas foi a de haver um gradeamento de toda a extensão. Eu creio que isso traria um prejuízo muito grande em termos de mobilidade, e até estética mesmo. Existe por parte de alguns membros do Conselho Santana, apoiados aí por várias associações da região de Santana, que entendem que é um espaço que está sendo desprezado por questões muito mais salutares para a própria cidade. Haveria a possibilidade de se criar ali, talvez, um Parque Linear em toda a extensão da avenida, uma ciclovia. E até então, para isso, o Conselheiro de Santana, o Jorge Efraim, trouxe uma apresentação para ser feita, rápida, mas bem interessante, porque ela aponta uma das possibilidades, que talvez fosse a mais interessante, e transformar aquilo em uma ciclovia, havendo até uma interligação, possibilidade de uma interligação com a ciclovia já existente, ali na Avenida Brás Leme. Então, eu gostaria de apresentar, até para questão de complementar minha fala, a apresentação. Pode ser?

Jorge Efraim: Bom dia. Meu nome é Jorge Efraim, eu sou Conselheiro do CADES Santana/Tucuruvi, estou na segunda gestão. Eu sou um apaixonado por essas instâncias de governanças públicas, eu venho das Agendas 21, ainda, e eu quero primeiro, agradecer a oportunidade, e parabenizar todos os Conselheiros que estão aqui, porque,



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

com o avançado do horário, até porque, eu sei o quanto essas questões trazem, custam para a gente. Primeiro, por que a gente está trazendo essa questão para esse fórum? Essa questão, ela foi levada para a última reunião do CADES Santana, e talvez tenha sido a reunião mais importante da história do CADES de lá, desses três anos. Porque a gente teve a presença da sociedade civil, de comerciantes, de organizações como a Rede Social Zona Norte, Associação Portal de Santana, da imprensa. Tivemos até a presença de vereador que se interessou pelo assunto. Então, primeiro eu queria falar que eu não estou aqui sozinho. Eu queria citar... qualquer um deles poderia até estar falando com mais propriedade, até porque eu estou com um problema com a voz, mas queria agradecer aqui o Tino Peres que é da Rede Social Zona Norte, o Gilberto Cordeiro, que é da Associação Portal de Santana, é arquiteto e tem dado suporte ali para a gente, nas soluções. O Eliseu Santoni que é morador, o Maurício Benassato que é do Blog Zona Norte, o Eduardo Brito, que é do portal ZN na Linha, e o Fernando que é assessor do vereador Zé Polisse Neto, ele não pôde vir, mas autorizou a gente a comunicar que ele apoia incondicionalmente essa questão do Corredor Verde. Por que a gente está falando em Corredor Verde? Por que a gente está trazendo para esse fórum? O consenso da reunião foi que se formaria um grande grupo de trabalho, com os diversos atores sociais envolvidos, e que o assunto passaria a ser discutido, só que a gente está em um vácuo de poder institucional, em que... eu até questionei o subprefeito, falei assim: *“olha, a responsabilidade institucional de convocar esse GT é sua, como o gestor local.”* E ele acha que não, até porque existe uma dúvida sobre de quem é aquela área. O Metrô fala que é da Prefeitura, a Prefeitura fala que é do Metrô, então, ninguém se acha responsável por aquilo. E levando em conta que aquele... a Cruzeiro do Sul faz parte... é um dos principais eixos de São Paulo. Por ali, com certeza passam mais de meio milhão de habitantes, então é uma questão que não pode ficar circunscrita apenas naquela região. Então o pedido que a gente faz para vocês é: por favor, assumam, vocês têm caráter deliberativo, enquanto nós somos só consultivos, assumam essa questão, ou de coordenar um grupo de trabalho através do CADES central, ou solicitar que o CADES regional constitua esse grupo de trabalho, ou que a subprefeitura ou algum órgão do poder público estabelecido. Eu vou fazer rapidamente aqui a apresentação. Só para situar, a Associação Portal de Santana, ela surgiu para requalificar aquela parte da Santana de baixo, que a gente chama de Santana dos excluídos. Só que Prestes Maia falou que a Ponte das Bandeiras era a porta de entrada de São Paulo. Se for a porta de entrada de São Paulo, é a porta de entrada da zona norte. Então, a gente, carinhosamente, resolveu batizar de Portal de Santana. E a gente, em 20 de julho de 2011, a gente protocolou um ofício... a subprefeitura, que na época ainda era outro subprefeito, era o Sérgio Teixeira, que hoje está em Pinheiros, solicitando 11 demandas, 11 pedidos. O principal deles era a praça, que a gente conseguiu. Aquela Praça na Rua Paineiras do Campo, mas vocês vão ver que a gente tinha, nesse mesmo ofício, a gente tinha solicitado a implementação de um concurso para sugestões na área do Metrô. Ou seja, a gente pediu que fosse feito um concurso público para arquitetos e urbanistas, ou seja, os especialistas, para se definir um uso para aquela área do Metrô. Porque a gente pensa assim: hoje, começaram um processo de gradeamento que a gente conseguiu parar. Mas a gente sabe o custo do metro linear de um túnel, o Metrô subterrâneo. O custo do metro linear de um viaduto, quer dizer, do Metrô passar por cima. Por que a gente faz esse investimento? Para não rasgar o tecido urbano. Se a gente faz um Metrô elevado e embaixo gradeia, eu acho que é uma afirmação de falta de gestão. Não tem nada mais interessante para fazer ali. Em



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

uma área pública, que soma quase 20 mil metros quadrados, é... do que gradear? Então... essa obra, ela teve vícios de origem. Vícios na forma e no conteúdo. Primeiro, que ela foi decidida em pequenos gabinetes, que a gente até agora não conseguiu descobrir como é que foi. E simplesmente, no dia 4 de setembro, a gente viu a obra começar. Então é tudo muito recente. Vocês podem ver que esse gradeamento, ele vai ter trechos contínuos de grade, de mais de 300 metros. Ou seja, vai matar, urbanisticamente, a Cruzeiro do Sul. Uma intervenção muito mais branda, que foi o corredor de ônibus na Santo Amaro desqualificou o comércio da Santo Amaro, você imagine então você fazer trechos contínuos de grade de 300 metros. A gente está chamando isso aí de “as grades da vergonha”, porque... eu ainda estou do lado bom, vamos dizer assim, eu poderia estar quieto. Mas eu tenho uma visão sistêmica da coisa. O que vai ficar do outro lado da grade? Vai ficar o Cingapura da Zaki Narchi, que têm 7 mil pessoas morando lá, a linha de transmissão, o albergue quarentinha que a gente chama, que é o albergue dos moradores de rua, enquanto do lado de cá estão surgindo empreendimentos de altíssimo valor imobiliário, que chegam a ser vendidos por R\$ 7.500,00 o metro quadrado, preço de Jardins. Então, os problemas. É clara a intenção dessa intervenção. O que eles buscam? Saneamento social, ou seja, resolver problema dos moradores de rua. E todos nós sabemos que isso não vai resolver o problema dos moradores de rua. E aqui está uma prova: você põe a grade, ele dorme na calçada do lado de cá, ou atravessa, ou vem... E achar que a grade protege a região, é uma prova. Isso daqui foi embaixo da estação Tietê. Você vê que eles... Ali não é só que eles estão jogando lixo. Eles estão guardando pet para reciclar. Então ele entra e sai. Outro fator que tem que ser levado em conta, dizem que alquimia é transformar fel em mel. Os grafiteiros fizeram uma ação lá, há um ano e pouco, e foram todos parar na delegacia. Dessa ação, se resolveu, na hora, transformar aquilo em um projeto público. Porque o Secretário Estadual da Cultura era o André Matarazzo, e foi feito um projeto de se fazer um MAAU, que é um Museu Aberto de Arte Urbana, que é considerado um dos mais importantes do mundo, nesse segmento. É uma falta total de senso, grafite, que é uma arte libertária, uma arte livre, se colocar atrás de grades. É uma coisa... Não faz o mínimo sentido. O objetivo do Metrô, no caso, que não foi quem tomou a iniciativa de fazer, ele foi procurado por essa OSCIP Energia Vital, que nem é de lá, é de Guarulhos... o Metrô tem um problema com algumas fogueirinhas que esses moradores de rua fazem na pilastra, que pode afetar a estrutura. E também a fumaça, que muitas vezes atrapalha o condutor em cima, ou dispara detectores de fumaça e tal. Têm formas muito mais inteligentes de se fazer isso. Eu, por exemplo, nessa ideia do Corredor Verde, a gente poderia colocar, em volta das pilastras, plantas. Não precisa ser uma coroa de Cristo, mas plantas que impeçam esses moradores de se acomodarem naquele espaço. Até porque, a grade não vai garantir nada. E a gente pode perceber aqui, nessa foto, como essa obra está sendo feita de qualquer jeito. Então vocês estão vendo que ali tem um poste de sinalização, e o muro está dando a volta no poste, ali. Outra coisa, se eles tivessem uma preocupação, real... eles estão chamando de revitalização isso daí. Se eles tivessem uma preocupação de revitalizar, eles saberiam que aquela é uma área de inundação. Minha família está há 70 anos no pedaço, eu sou comerciante, a casa que meu avô construiu tem mais de 70 anos. Minha mãe ainda mora lá. A gente sabe que nesse entroncamento da Cruzeiro do Sul com a Zaki Narchi, a água chega a 1 metro de altura. Quando não passa. E esse gradeamento que eles estão fazendo, eles não estão retirando nem o asfalto. Veja que eles só fizeram uns furos ali, e vão jogar uma capinha de terra por cima, que era o objetivo deles, para por uma graminha.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Bom, aqui têm mais algumas figuras. Vocês podem ver que dentro das grades têm moradores de rua morando lá dentro. Durante a reunião, a gente está começando a fazer, lá em Santana, o Plano de Bairro do Distrito. E a gente teve uma reunião dia 19 de setembro, que teve a presença da Fecomércio, do SENAC, o Campus Norte da PUC, e várias pessoas, e a gente levantou essa questão do Corredor Verde e do gradeamento que tinha surgido poucos dias antes. Foram 15 dias depois. E surgiu essa ideia da gente fazer uma mobilização. Dessa reunião, a gente conseguiu que o SBT, a parte de jornalismo deles se interessasse. Então a gente, no dia 24 de setembro, entrou no ar, ao vivo, por 4 minutos com o Rodolfo Gamberini. E ele mesmo se manifestou. Ele falou assim: *“mas isso é um absurdo, o que estão fazendo...”* E a partir daí, o processo, a gente viu que disparou. O processo de cidadania. Aí a gente resolveu fazer um blog, porque ao contrário do outro lado, que as informações são todas nebulosas, a obra não tem placa, ninguém sabe quem está fazendo, qual que é o prazo, quem que financia, da onde que está vindo o dinheiro, porque falam que não é dinheiro público. Falam que é dinheiro da OSCIP. Mas assim, tudo é muito nebuloso. E eu questionei o subprefeito. Falei: *“olha, não conheço obra que não tenha que ter placa.”* E eles estão enquadrando essa obra como um simples gradeamento, como se eu estivesse colocando uma grade na janela da minha casa. Eu falei: *“olha, estamos tendo movimento de terra, está tendo o cerceamento da liberdade de ir e vir, dali, da população, está tendo obra grande. Como é que não tem placa?”* Então esse blog que é o nosso, quem quiser depois, mais detalhes, santanavivablogspot.com, virou o nosso portal de informações para imprensa, para quem quiser apoiar, e tal. Aqui, uma coisa interessante, isso daqui é o gráfico de acessos dele. Depois que saiu essa matéria no SBT, aí a Folha se interessou... Aí saiu no Estado também. Mas quando a Folha saiu no domingo retrasado, uma matéria de duas páginas, no dia seguinte, ela foi para a primeira página do UOL. Aquelas figuras rotativas. Então, deu esse pico aqui de visitas no site. Chegou a quase 800 visitas no blog, em um dia. E aí, o movimento pegou. Aí a gente tem os grafiteiros apoiando, a gente tem o pessoal... os ciclistas apoiando, porque a gente propõe uma ciclofaixa ou ciclovia. Aqui é uma amostra de tudo que a imprensa documentou nesse um mês aqui. Metrô News, O Estado de São Paulo, o ZN na Linha, o Blog Zona Norte. Essa daqui é a revista da Folha São Paulo, que saiu, não nesse domingo, do domingo anterior. Então ela colocou Zona Norte Dividida. Na verdade, estão dividindo, mesmo, Santana em duas. Esse movimento acabou tendo apoios importantes. Até eu agradeço... Foi feito em rede. O Tino Perez, por exemplo, que é da Rede Social Zona Norte, ele teve a paciência de mandar, um por um, ou no facebook ou no e-mail, para cada um dos vereadores, para o governador, para o vice-governador, e a gente teve esse feedback do Afif Domingos, ele fala: *“Prezado Tino, acho o pleito justo. Solicitei à Secretaria das Subs e ao Janoni, subprefeito, bem como ao doutor Peter Walter, presidente do Metrô, a imediata suspensão das obras, que será publicada no Diário Oficial do município amanhã, ou sábado.”* Foi publicada no sábado. *“Ao mesmo tempo, solicitei que fosse convocada a comunidade para discutir uma solução que atenda os objetivos do Metrô e da comunidade. Pode comunicar aos seus pares. Um abraço, obrigado.”* E aqui a gente têm os vereadores que já assinaram o abaixo-assinado. E a gente não está fazendo nenhuma gestão em cima. Então, o Zé Police Neto, que é o atual presidente da Câmara, o Aurélio Nomura, o Floriano Pézaro, o Celso Jatene, o Abu Ami, o Ari Fridemba, e agora, o interessante é o seguinte: a maior parte deles, eu tenho que ficar lendo e ver se eu reconheço algum nome, e aí eu vou procurar se é o nome, exatamente, do vereador, completo.



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretária Executiva Mary Lobas: Jorge...

Jorge Efraim: Está acabando, já. Esse daqui é o Diário Oficial, que saiu o auto de infração, que eles paralisaram a obra, e essa daqui foi a reunião épica do CADES, que a gente levou dia 10 de outubro. Ali estavam representados os diversos atores sociais, a OSCIP Energia Vital, a Associação Portal de Santana, a Sub de Santana, os grafiteiros, Secretaria Municipal do Verde, representada com duas diretoras, eu agradeço ao Eduardo Jorge por ter mandado. O vereador Police Neto... a Companhia do Metrô e a Secretaria Estadual da Cultura não mandaram representantes. E aqui foi discutido, colocado, mas o próprio diretor da Energia Vital, que é o Eduardo Begas, que é esse daqui, ele falou no microfone: *“Eu, pessoalmente, sou contra a grade.”* Então a gente... Duas vezes. Então não está tão difícil resolver. Porque até ele é contra a grade. Então se decidiu que seria constituído um Grupo de Trabalho com representantes de todos os atores sociais para se discutir as alternativas. E aqui, é o protocolo que a gente fez do ofício, com abaixo-assinado... Foi protocolado na subprefeitura de Santana, no dia 10/10, o dia da reunião do CADES, e foi feito a entrega simbólica também, na mão do Janoni, solicitando que ele envolvesse os outros atores responsáveis, que seriam o SIURB, que seriam o Metrô e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, por se tratar de um Corredor Verde e um Parque. Então, até então eles é que teriam que demandar isso. Isso foi protocolado, mas de qualquer jeito, eu trouxe uma cópia para vocês. Eu gostaria que constasse em ata, tem o número do protocolo, tudo. Aqui estava com 612 assinaturas. Hoje já está com 1018. E o processo continua. Mas eu trouxe o original. E tem o nosso manifesto, também. Isso daqui é uma arte feita pelos grafiteiros, no caso os curadores...

Secretária Executiva Mary Lobas: Jorge, é que nós temos que dar oportunidade também, para a Associação...

Jorge Efraim: Eu acho que essa é a última, se eu não me engano. Ou é a penúltima. Essa daqui é uma arte feita pelos grafiteiros, o Bin e o Chivitz, que são os curadores desse museu. Lógico que eles puxaram mais para o foco deles, de museu. A ideia nossa não é exatamente essa. Era que fosse, realmente, como o Corredor da Brás Leme, da Engenheiro Caetano Álvares, que a segurança, ela vai vir do povo se apropriar do espaço. Eu moro perto da Engenheiro Caetano Álvares, eu acho o maior barato quando a gente chega 6 horas da manhã, ou meia-noite, você vê gente passeando com cachorro, os senhores de idade, casais andando, gente fazendo ginástica, correndo. Isso que vai trazer a segurança. Então a gente queria o verde e uma pista de caminhada de um lado, e uma ciclovia do outro, que já falaram que vai fazer a interligação, vai ser o eixo norte-sul. Ou seja, vai fazer interligação com a nova ciclovia que foi inaugurada agora, da Brás Leme, que têm 6 km, 3 de cada lado, com a ciclofaixa da Ataliba Leonel, que funciona aos domingos e feriados, com o futuro prolongamento da Cruzeiro do Sul, que vai até a Engenheiro Caetano Álvares e já tem uma ciclovia planejada para passar dentro dos túneis. Se a gente resolver o problema técnico de atravessar a ponte da Cruzeiro do Sul, a gente tem mais 1,200 km para chegar, de Corredor Verde, ali no meio da sede da Polícia Militar, e do que a gente chama de Panelão, da Escola Técnica Federal, tal, para chegar até a avenida do Estado. E a gente começa a ter, realmente, uma malha de ciclovia, que vai potencializar que a bicicleta seja usada, não só para lazer e para esporte, mas como meio de transporte. Acho que é a última, essa daqui. Então, isso daqui é uma ilustração... a gente pegou alguns Corredores Verdes que têm por aí. É uma ideia do que



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

a gente tem. Se falarem que não dá, dá, porque o intervalo entre a coluna e a via, de um lado tem 3 metros, de um lado tem 4 metros. Então dá para passar. Outra coisa, já ouvi falar aí que na... teve uma reunião na sexta-feira que a gente não foi chamado, mas o outro lado foi, e foi dos órgãos governamentais envolvidos. Estava a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Estadual de Cultura, diretor do Metrô, a Energia Vital, a Subprefeitura, o Ronaldo Camargo, e eu soube que a Alice aventou a hipótese: *“Já que não vai fazer... então o gradeamento então não vai mais se fazer, então vamos fazer uma zona azul.”* Eu acho que se a gente continuar insistindo nesse paradigma...

Secretária Executiva Mary Lobas: Jorge, nós não temos tempo, porque tem um teto, e as pessoas começam a se retirar e todos ficam prejudicados

Jorge Efraim: Então... Eu sinto a gente não ter conseguido falar antes... você ter dado mais prioridade, porque eu acho que esse...

Secretária Executiva Mary Lobas: Porque foi uma inclusão de pauta. Não estava na ordem do dia. Inclusão de pauta.

Jorge Efraim: Certo. Bom, agradeço. Então eu vou reforçar o meu pedido.

Secretária Executiva Mary Lobas: Senhor Jacó Bider, da Associação Energia Vital.

Jacó Bider: Quero cumprimentar os componentes da mesa, os demais Conselheiros. Cumprimentar o ilustre Jorge Efraim, os demais componentes que ele trouxe, o Fernando é assessor do vereador Police Neto, o Maurício, que tem um blog na zona norte, e o Brito, da ZN na Linha. Eu queria começar dizendo que eu dei os parabéns para alguns jornalistas, que nos procuraram, e não ouviram só uma parte. Tiveram a petulância de ouvir a outra parte, também. E está aqui presente a Bruna do (incompreensível) News, lá da zona norte. E cumprimentar também a Gazeta da Zona Norte, que também está esperando todo o desenrolar, não está publicando nada, porque viu que está tendo uma coisa muito nebulosa. O Samir da SP Norte também, um jornal de tradição da zona norte. E quero também cumprimentar o Rafael, que é membro do CADES Santana/Tucuruvi. Para quem não sabe, a OSCIP é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Ela está focada em obras de interesse público do governo, e também de ações sociais. Hoje, nós temos quatro termos de cooperação assinados com a subprefeitura de Santana para a revitalização de quatro praças, e temos dez praças e três avenidas principais da subprefeitura da Vila Maria e Vila Guilherme, que nós estamos fazendo o trabalho de revitalização. Tivemos a honra de conhecer pessoalmente o Secretário Eduardo Jorge, que nós levamos um projeto para ele, que tem um terreno em Furnas, bem depois do Tremembé, de 15 mil metros quadrados, que essa área vai ser doada para a prefeitura. E há intenção da Energia Vital, de fazer um viveiro de mudas. Porque na zona norte não tem. Então eu vi que algumas pessoas aqui deram risada do que o Jorge Efraim acabou de citar. E eu quero explicar o seguinte: o nosso projeto não é de gradeamento. O nosso projeto é de revitalização. Mas eu queria também dar continuidade que, além desses projetos que nós temos em mãos, nós também fazemos o projeto social. O que é o projeto social? Hoje, nós temos, com a Associação das Voluntárias do Hospital do Mandaqui, um termo de cooperação, e nós estamos ajudando aquelas mulheres grávidas que vão dar à luz e não têm recurso. Nós arrumamos recurso. E também damos



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

assistência às crianças carentes que estão hospitalizadas. Nós temos também um contrato com uma associação que cuida de autistas, crianças autistas carentes. Nós arrumamos um prédio para elas fazerem todo esse trabalho, e nós vamos dando essa continuação. E temos também, algumas situações de revitalização na zona norte. A OSCIP, apesar que a sede central é em Guarulhos, ela atua no Brasil todo. Ela não especificamente só em Guarulhos. Ela atua no Brasil todo. E tudo começou com a Cruzeiro do Sul... Como eu faço parte do CONSEG da Água Fria Mandaqui/Tremembé, havia muita demanda de reclamações sobre assaltos, sobre abordagem de pessoas que transitavam a pé, naquele local. E nós fomos procurar o subprefeito na época, chamado Sérgio Teixeira, que era o subprefeito, e ele já havia dito que existia um projeto da subprefeitura de Santana/Tucuruvi, de fazer o gradeamento na Cruzeiro do Sul. Haja vista que já existe, defronte à estação Tietê, um gradeamento feito há mais ou menos 4 anos atrás, e existe um defronte ao Parque da Juventude, e existe outro gradeamento defronte à estação Santana. Infelizmente quando eu fui convidado, eu não sabia que ia ter toda essa situação. Pensei que era só um embate entre o Jorge Efraim e eu não trouxe o pen drive para poder apresentar isso em tela. Mas esse daqui é um documento que o CONSEG fez ao Metrô, porque depois que nós conversamos com o subprefeito, haveria a intenção de pedir autorização para o Metrô, para fazer a revitalização embaixo do elevado. Então, isso foi feito através do CONSEG, e aqui está para o senhor provar, e aqui está o projeto da subprefeitura de gradeamento, desde agosto de 2010. Está aqui o projeto em si. Aqui está o orçamento da grade, que, na época, em 2010, era de R\$ 539.000,00. E posteriormente, houve uma redução que baixou para R\$ 250.000,00. A nossa intenção não era gradear. Se alguém perguntar: *“você é a favor do gradeamento?”* Eu vou falar que não. Eu não sou a favor do gradeamento. Mas diante da circunstância que se encontra a Cruzeiro do Sul, eu desafio a qualquer um de vocês, dos senhores, a passar 7 horas da noite, a pé, pela Cruzeiro do Sul. Se vão ter coragem de passar pela estação Tietê, até a Zaki Narchi, chegando até a estação Carandiru. Eu desafio todos vocês. Então a nossa sugestão era o seguinte: não basta só gradear. Nós precisamos fazer uma revitalização. E essa revitalização era para fazer uma Avenida Cruzeiro do Sul nova, mais viva. Porque hoje, a Avenida Cruzeiro do Sul é morta. Ela é totalmente escura. E o que nós fizemos? Fizemos um projeto que está na mão do chefe de gabinete, ilustrando como poderia ficar. A ideia nossa era colocar focos de luz coloridas abaixo do elevado, para focar as pinturas dos grafiteiros, fazer um canteiro central. Não o que já existe hoje. Mas um canteiro central com mudas coloridas, e dar uma outra visão panorâmica ao local. Foi solicitado a nós, pelos engenheiros do Metrô, que nós atuássemos nesse gradil, que foi colocado erroneamente, com aquelas plantas altas, com aquele mato alto com toda sujeira, para que a gente retirasse tudo e fizesse também a revitalização lá. Isso foi feito no contrato assinado entre a subprefeitura de Santana e o Metrô, e a Energia Vital. Tudo que eu estou falando está aqui nas cláusulas. Tudo. Nada estou inventando. O nosso grande erro foi o seguinte: nós deveríamos começar pela sujeira que se encontra em frente ao Tietê. Pela sujeira que se encontra em frente ao Carandiru. E depois, fazer a junção de todo o gradeamento, com a revitalização. Esse foi o nosso grande erro. E nós começamos pelo contrário. Então está aqui para a apreciação do chefe de gabinete, tudo que foi colocado, e tudo foi constado nesse termo. O nosso projeto começa dizendo o seguinte: Revitalização da Avenida Cruzeiro do Sul. Não se fala em gradeamento. Por que o gradeamento? Porque é fácil de entender, se nós vamos colocar as luminárias em cada coluna, colorida, abaixo do elevado, e vamos fazer o canteiro central, quem é que



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nos garante que não vão roubar as luminárias? Quem que garante que não vão jogar entulho? Quem que garante que não vão fazer fogueira? A polícia, ela não tem capacidade... é humanamente impossível deixar 24 horas, uma viatura lá, para tomar conta. Então se achou a possibilidade de fazer o gradeamento. Ninguém, até hoje, se responsabilizou de falar assim: eu me responsabilizo pela limpeza da Cruzeiro do Sul debaixo do elevador, se vocês não colocarem grade. Eu vou me responsabilizar pelas luminárias para não serem roubadas. Ninguém falou isso até hoje. Ninguém. Mas puseram o foco em tudo que nós não vamos fazer. É a mesma coisa que alguém que mora em casa colocar algumas melhorias na frente da sua casa, se tiver jardim, e não colocar portão alto, não colocar grade. Vai esperar o bandido roubar tudo. A Cruzeiro do Sul é diferente de uma Brás Leme. A Cruzeiro do Sul é diferente de uma Engenheiro Caetano Álvares. E lá nós temos que começar a educar o que já existe. Tirar o que existe de tudo que é ruim, e só assim que é ruim. E ele colocou em outra situação: o que não queremos. Ele fotografou o que é hoje, o gradil em frente ao Tietê, com mato alto, sujeira e gente invadindo, lá. Nós fomos chamados pelo segurança do Metrô que cuida da linha desde a estação da Luz até Tucuruvi. Ele já não aguenta mais os desmandos que têm nessa área. E como ele soube que nós íamos atuar na Cruzeiro do Sul, ele pediu, encarecidamente, que a gente atuasse também para tirar todo aquele mato, e arrumasse o gradil. E eu falo: *“Já está no contrato. Nós vamos fazer isso daí.”* E têm outras fotos também, que estão postadas no blog, que ele não apresentou aqui, e que ele (incompreensível).

Secretária Executiva Mary Lobas: Já está terminando?

Jacó Bider: Só faltam duas folhas. E que ele disse que vai ficar de acordo com o que é hoje. Que é uma inverdade. Ele fez um manifesto de todos os itens. E quem tiver oportunidade de ver, devido ao adiantado da hora, quem tiver oportunidade de ver esse manifesto, e quem quiser ver aqui agora, eu vou mostrar, são coisas irreais. Ele citou, agora mesmo, ele citou que nós fizemos o buraco no local, e não tiramos o asfalto e nem a terra. Ele, como engenheiro, ele sabe que o canteiro de obras é preparado. Tem que se fazer todo o trâmite. Então ele está dizendo que nós não vamos tirar aquela terra e não vamos tirar o entulho. Que é um absurdo. O que ele pensou, que ele queria que fosse feito igual a Brás Leme, igual à Engenheiro Caetano Álvares, só que ele se esqueceu de colocar lá, que existem (incompreensível). E quando ele defende que o gradil vai atrapalhar a visão dos grafiteiros, as árvores que ele postou aqui, que também seria a idéia para colocar embaixo do elevador, vai ficar pior para mostrar as pinturas dos grafiteiros. Nós tivemos com os grafiteiros, por imposição do Metrô, por imposição do Metrô, e existia um termo assinado... um termo verbal entre o então Secretário André Matarazzo e o Presidente do Metrô, que nós tínhamos que respeitar as pinturas do Metrô. Na mesma hora nós procuramos o pessoal, e um deles, que é curador Aldinho, quando ele viu o projeto, ele falou: *“essa era nossa idéia. Nós queríamos iluminar, mas o Metrô falou que não era prioridade iluminar.”* Só que nós falamos assim: *“Quem é que vai garantir que a gente vai colocar iluminação, e não vão roubar?”* Então é necessário gradear. Ele até concordou, dizendo o seguinte: *“Se o Metrô achar que tem que gradear, eu vou concordar.”* Lamentavelmente, passados alguns dias, porque o público dos grafiteiros são mais de cem pessoas, começaram a fazer pressão em cima dele. Hoje, ele já mudou o aspecto. Então, o que eu quero dizer para vocês é o seguinte, e finalizando: o próprio Jorge Efraim citou, no blog dele, que ele é um Conselheiro do CADES, de acordo



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

com a lei 14.887, de 15 de janeiro, de 2009. A minha pergunta que fica no ar, e que alguém da direção pudesse me explicar, é o seguinte: cada Conselheiro, respeitando essa lei, também colocar coisas inverídicas, levando ao erro a opinião pública? Agradeço a atenção de todos.

Secretária Executiva Mary Lobas: Acho que ficou clara as duas posições. Eu vou passar para o Chefe de Gabinete para encaminhamento.

Cons. Carlos Fortner: Eu queria pontuar algumas coisas. Primeiro: bem-vindos às dificuldades da gestão pública de uma cidade do tamanho de São Paulo. Uma cidade país. O problema aqui é claro. Tem o problema que os dois lados têm argumentos sólidos, convincentes, que devem ter atendimento e demanda. Porém, já existe um Grupo de Trabalho... Então, atualmente já existe um Grupo de Trabalho estabelecido, não formalmente. Muito bem. Então, a proposta, o que é? Primeiro, que se formalize esse Grupo de Trabalho, está certo, com todos os atores envolvidos. E um segundo ponto que eu queria pontuar. Isso aqui não é uma coisa simples. Nós estamos falando aqui de uma obra, de uma questão de grafite, de uma questão de gradeamento, de uma questão de calçada, de uma questão de reurbanização. Além disso, e mais importante do que isso, é uma questão de segurança pública, é uma questão de assistência social. Então eu vi que o Milton Persoli até já saiu lá da Assistência Social. Até ele podia responder alguma coisa. Entendo que nesse Grupo de Trabalho deva sim, ter uma composição de todos esses atores. Terceiro ponto que eu vejo aqui, isso aqui não é um imóvel, mas é uma área que, salvo engano, deve pertencer ao Metrô. Não saberia dizer ao certo. Precisaria levantar isso.

(fala sem microfone)

Cons. Carlos Fortner: Deixa eu concluir. Deixa eu concluir. Perfeito. Precisa identificar certo isso. Quando a gente fala em licenciamento ambiental, o Milton está aqui, ele tem acompanhado vários (incompreensível) no monotrilha, por exemplo. Então quando tem coisa do Metrô, já hoje, o entendimento, o amadurecimento que nós temos hoje, permite que no licenciamento saía uma obra com reurbanização, com ciclovia, com área verde, tudo isso previsto. Isso aqui é uma obra de 40 anos atrás. É outra ideia, outra mentalidade, outra sociedade. A sociedade evoluiu em cima disso. Agora, ainda que seja trecho de Metrô que é da cidade de São Paulo, que está da rodoviária, eu li os zoneamentos aqui, que é a entrada de São Paulo, que não é uma coisa assim tão regional, que é até maior do que regional, Certo? Ainda assim, o ponto de partida dessa discussão não é aqui no CADES. É no CADES regional. A minha proposta é essa: que se formalize uma comissão, formal mesmo, Subprefeitura, Secretaria do Verde, Secretaria de Transportes, Metrô, Secretaria de Assistência Social, Polícia Militar. Tem que envolver tudo isso. Porque não é uma questão só de ter o grafite ou ter o gradil. Perguntaram a minha opinião, eu acho que aquilo que você apresentou é bonito, gosto do verde. O que está aqui dentro, eu também gosto. Eu vou dizer o que eu gosto mais disso tudo, aqui, na última página tem o diurno e tem o noturno, o que eu mais gosto disso são as pessoas civilizadas que estão desenhadas na rua. Que não é essa a realidade da cidade. A gente sabe. Tem morador de rua, tem uma série de outros problemas que precisam ser abordados. Então eu acho que essa discussão, nesse momento, agora, aqui no CADES, ela encerra-se aqui. A proposta é que se constitua um grupo de trabalho, com todas essas partes envolvidas, e o



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

CADES está lá para isso. O amadurecimento da democracia é isso, existe o CADES, o CADES é feito para isso. Está certo? Envolve o subprefeito, envolva todas as secretarias, para que a partir daí... Eu estou entendendo que a obra hoje está parada, o gradil está parado. Ok. Perfeito. Que se amadureça isso, que se resolva isso, para a partir daí ter propostas concretas. Que não vai atender todo mundo. É evidente. É lógico, uma cidade do tamanho de São Paulo, uma cidade país não vai atender todo mundo. Mas que se chegue num consenso, em uma coisa que seja bom para a cidade. Então a minha proposta é essa. Pelo adiantado da hora, eu até ia propor de se encerrar, porque senão vai abrir um monte de discussão. Não está maduro para se discutir isso aqui. Não está maduro. Não está maduro.

(falas sobrepostas)

Jorge Efraim: Só estou informando que eu sou conselheiro do CADES Santana/Tucuruvi. Estou afirmando. Para a gente representar isso lá na região. Então é só isso. Obrigado.

Jacó Bider: Aliás, dar os parabéns pela sua sugestão, que eu acho que foi ideal. Porque eu acho que ali não é da zona norte, desculpa os companheiros. Ali é de São Paulo, porque ali tem rodoviária, está certo? É o local a zona norte. Mas ali transita muita gente. Gente de outros estados, de outros municípios. Parabéns pela sua colocação. (incompreensível) grupo de trabalho. Eu queria fazer só uma pergunta: esse GT tem que participar, o fórum ou o GT, tem que participar o pessoal de outras regiões também. Porque isso aí não é localizado.

Cons. Carlos Fortner: Entenda o seguinte, existe o CADES regional, isso tem que nascer no CADES regional. No momento que não tem um grupo de trabalho formalmente constituído, a gente vai ficar nessa discussão vaga. Não está maduro para se discutir isso aqui. Eu entendo que não está maduro. Pode ser que chegue a um determinado momento que não se chega a nenhuma conclusão, que precisa trazer para cá. Perfeito. Mas tem que nascer lá. Então a minha proposta é essa. Eu acho que não adianta a gente continuar avançando na discussão. Não vamos chegar a lugar nenhum aqui.

Ana Helena: Eu sou da Secretaria de Esportes e atuo na região do Aricanduva, Vila Carrão. Mas o que eu quero pedir é que haja uma despersonalização, que não fique o senhor Efraim e o senhor Jacó. Exatamente. Eu acho que é o principal. Isso é reforçar.

Cons. Carlos Fortner: Ana Helena - Secretaria de Esportes também, eu entendo que possa ter alguma proposta (incompreensível)

Ana Helena: Levando para a Secretaria de Esportes...

Secretária Executiva Mary Lobas: Tem mais pessoas inscritas, e encerraremos.

Jacó Bider: Eu só queria fazer uma simples colocação. Pode encerrar a questão. Não vou entrar na questão do fato em si. Existe uma dificuldade muito grande, que me foi apresentada, não pelo Efraim, e sim, foi apresentada por Conselheiros do CADES Santana, por Conselheiros do CADES Jaçanã, no que se refere a colocar posições dos Conselheiros em relação aos subprefeitos. Então talvez seja interessante fazer uma



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

orientação aos subprefeitos, para que essas colocações sejam colocadas e trazidas para cá.

Cons. Carlos Fortner: Veja no momento que a gente vai pedir para o Secretário Ronaldo, não tem problema, vai ter essa constituição do grupo, tem que vir a demanda do CADES, o CADES tem que mostrar que ele está presente. E pedir, de fato, a representatividade, a presença dos envolvidos, porque tem que ser multidisciplinar, vai ter subprefeitura, porque essa área está sob subordinação da subprefeitura, vai ter Metrô, tem que ter o Metrô em cima. Vai ter polícia porque é uma questão de segurança pública. Vão ter nesta constituição do grupo, Assistência Social, Secretaria do Verde, Esportes. Tem que envolver todo mundo. Então isso não é uma coisa para se resolver aqui, nesse fórum. Não é uma coisa para resolver aqui, em 5 minutos. Ou em 20 minutos, que nós já passamos da hora. Tem que amadurecer. Uma vez que não amadureça, que não teve acerto nenhum. Ok, aí pode vir para cá. Eu vou pedir para encerrar por causa da hora.

(fala sem microfone)

Secretária Executiva Mary Lobas: Carlos...

Carlos Fortner: Não consegue aqui, não vai conseguir resolver. Isso tem que nascer... porque não está maduro.

Carlos Fortner: Perfeito.

Carlos Fortner: Então, mas isso vai ter que sair. Não, não. Não está formalizado. Tem que formalizar o grupo de trabalho. Tem que ser formalizado.

Carlos Fortner: O CADES está deliberando que o CADES regional tem que formalizar um grupo de trabalho. É isso. Simples. É simples.

(fala sem microfone)

Cons. Carlos Fortner: (incompreensível) ele está acompanhando, é isso. Tem que formalizar um grupo de trabalho pelo CADES regional. É isso.

Secretária Executiva Mary Lobas: Carlos, a Helena Magozo está envolvida nesse assunto. Assumimos a responsabilidade de colaborar na formalização desse grupo.. Então podemos encerrar. Eu agradeço a todos. Bom dia.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES



ATA DA 144ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Conselheiros presentes:

ALEXANDRE FALCÃO DE ARAUJO
ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
ANDREA AKISSUE DE BARROS
ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
ARUNTHO SAVASTANO NETO
CARLOS ROBERTO FORTNER
CINTHIA MASUMOTO
ELIANA SAPUCAIA RIZZINI
HELGA M. DA CONCEIÇÃO MIRANDA ANTONIASSI
JORGE JAMAL AYAD BADRA
JOSÉ CARLOS ANDERSEN
LUIZ FERRUA

MÁRCIO ESTEVES DA SILVA
MARCO AURÉLIO CHAGAS MARTORELLI
MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
MILTON ROBERTO PERSOLI
MILTON TADEU MOTTA
OCTACILIO DE OLIVEIRA ANDRADE JUNIOR
PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
QUINTINO JOSÉ VIANA
ROBERTO PAULO VALERIANI IGNÁTIOS
ROSE MARIE INOJOSA
WALTER PIRES

Conselheiros com justificativa de ausência:

Nilza Maria Toledo Antenor, André Luis Pina, Gilberto Natalini, Beatriz Fábregues, Ângelo Iervolino, Ros Mari Zenha, Heitor Tommasini

Secretaria Executiva:

MARY LOBAS DE CASTRO